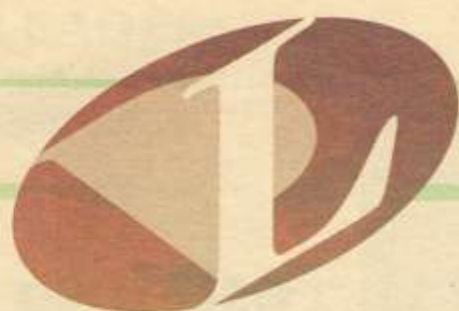


Distribuição Gratuita

Nº 0 / Junho 1999

Director: Samuel Thirion



PESSOAS e LUGARES

Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER II



4/5 Entrevista com o Secretário de Estado

6/7 9/11 Contributos do LEADER numa Política de Desenvolvimento Rural

12/16 Animação da Rede



Mostra do Mundo Rural

3 a 11 de Julho | Lisboa

A abrir



1 Encontro Nacional da Célula de Animação

O programa LEADER II ultrapassou a metade do seu último ano de aplicação. Chegou a altura de tirar os ensinamentos do Programa e de preparar o futuro. A preparação do novo Quadro Comunitário de Apoio para os anos 2000-2006 e da nova iniciativa comunitária para o desenvolvimento rural que se chamará LEADER + tornam ainda mais urgente essa necessidade.

Por toda a Europa, grupos de trabalho, seminários, etc. estão a ser realizados com este objectivo. Uma série de contribuições foram já produzidas e estão disponíveis na Internet e o Observatório Europeu LEADER organizou dois seminários a este respeito, um dos quais, em Valência em Espanha em Junho último.

Em Portugal também houve uma grande mobilização neste sentido. Após os diversos contributos produzidos em anos anteriores, nomeadamente o texto elaborado por várias associações LEADER e apresentado em Bruxelas na ocasião do Colóquio Europeu LEADER, em Outubro 1997, realizou-se este ano um Seminário em Lagos sobre a iniciativa da Associação Vicentina com o tema "Que contributo do LEADER para uma política de desenvolvimento rural?". Organizou-se um grupo de trabalho na sequência desse Seminário que conduziu a um documento que exprime uma posição largamente consensualizada entre as associações de desenvolvimento local.

Ao nível do Ministério da Agricultura há também uma grande preocupação em preparar o futuro (veja-se a entrevista que publicamos com o Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural). Um novo programa está a ser preparado neste sentido por parte da Direcção Geral de Desenvolvimento Local.

A Mostra do Mundo Rural em Lisboa é um momento privilegiado de afirmação do que é este grande movimento para o Desenvolvimento Rural, quer seja oriundo do LEADER, quer de outros programas, como é o caso dos Centros Rurais. Hoje em dia, são 48 associações LEADER e mais 11 associações gerindo isoladamente Centros Rurais, que vão estar presentes neste mostra, evidenciando as suas especificidades.

A Mostra do Mundo Rural é, portanto, um momento de afirmação das ADL's como verdadeiras "agências" de desenvolvimento local, trabalhando em contacto directo com a população e valorizando todos os instrumentos financeiros que podem ser aplicados numa abordagem territorial local. O texto apresentado no seminário de Valência é particularmente elucidativo a este respeito.

É também um momento de reflexão sobre o futuro. Nomeadamente, confrontadas com as dificuldades de coordenação local dos financiamentos nacionais e europeus, as ADL procuram hoje debater em conjunto sobre estas questões e confrontar as suas respectivas experiências. É, aliás, o objecto do

Seminário que terá lugar durante a Mostra do Mundo Rural.

Neste contexto de fim do LEADER e do QCA e de preparação do futuro, a Célula de Animação da Rede Portuguesa LEADER II, que iniciou as suas actividades no início de Março 1999, aparece num momento oportuno para facilitar as trocas de experiências e as reflexões e permitir um amplo debate sobre os ensinamentos do LEADER. Daí a preocupação da INDE, como responsável desta Célula de assegurar um arranque rápido das actividades da mesma e de manter o programa que estava previsto apesar de não ter recebido ainda a primeira tranche financeira para realizar este trabalho.

O Jornal de Animação da Rede Portuguesa é um instrumento privilegiado a este respeito. É, antes de mais, um órgão de ligação entre os grupos LEADER, mas é também um jornal de informação e de opinião. Dito em outras palavras, pretende ser um instrumento de animação à disposição de todos os grupos LEADER e outros actores do desenvolvimento rural, divulgando de maneira organizada as informações e opiniões provenientes de todas as zonas rurais do País para que sejam postas à disposição de todos os outros actores do mundo rural e também das pessoas das cidades. De facto, a ligação pretendida não diz somente respeito às relações entre zonas rurais, trata também a ligação fundamental entre as zonas rurais e urbanas e os respectivos actores, ponto chave para um desenvolvimento harmonioso no futuro.

Para atingir os seus objectivos, o jornal será organizado à volta de um tema dominante em cada número, além das diversas rubricas que se encontrarão regularmente nas suas páginas. O tema deste "número 0" é a Mostra do Mundo Rural e tudo o que a envolve, ou seja, a apresentação ao grande público das ADL's, do programa LEADER e dos resultados e ensinamentos para o futuro. Os temas dos próximos números não estão ainda fixados, mas a Célula está aberta a todas as sugestões, tendo como preocupação acompanhar os debates que aparecem na própria rede, directamente ligados às actividades da Célula.

Este número pretende, acima de tudo, ser um número "experimental". Daí que as opiniões de todos sejam bem vindas, permitindo afinar pormenores tanto em termos de conteúdo como de apresentação. Quando ao nome, procurou-se um nome simbólico que sugira o que é fundamentalmente o mundo rural. "Pessoas e Lugares" simboliza antes de mais a diversidade das entidades do Mundo Rural. Não há um Mundo Rural abstracto, mas milhares de lugares e de pessoas, cada um com suas características próprias e sua própria identidade. É precisamente esta diversidade que faz a riqueza e o grande potencial do Mundo Rural hoje em dia.

Samuel Thirlon

estatuto editorial

Pessoas & Lugares

O Jornal da Célula de Animação da Rede Portuguesa LEADER II tem por objectivos fundamentais:

1. - Ligar entre si e dar visibilidade às actividades desenvolvidas pelos 48 Grupos de Acção Local (GAL's) que executam o Programa LEADER em Portugal.
2. - Recolher, organizar, tratar e difundir de forma interactiva todas as informações úteis ao Desenvolvimento dos Territórios Rurais e à informação e valorização de todos quantos nessa perspectiva trabalham.
3. - Progressivamente contribuir para a defesa e valorização da "imagem" e dos valores fundamentais que dão substância à ruralidade portuguesa em todas as suas vertentes.
4. - Desenvolver e estimular a reflexão e a participação de todos os que possam concorrer para diminuir desigualdades e descobrir complementaridades que contribuam para uma maior coesão social no País, na Europa e no Mundo.
5. - Defender com estrita neutralidade político-partidária os princípios e fundamentos do Desenvolvimento Local em meio Rural, trabalhado em amplas parcerias locais, mobilizadoras da participação das populações nos processos de desenvolvimento das suas Comunidades e Territórios.

A nossa ambição e vontade de bem fazer será condicionada; no tempo, no modo e nos resultados, pelas limitações das nossas próprias capacidades e competências, pelas participações e dinâmicas que soubermos suscitar e pelas condições materiais que forem existindo.

Programa LEADER:

uma experiência reprodutiva

Sendo já longos e duros os caminhos percorridos são, porém, muito recentes e algo hesitantes muitas das medidas específicas viradas para o Desenvolvimento Rural.

E, só na última década o espaço rural passou a ser considerado objecto autónomo e específico de medidas, programas, projectos e financiamentos das políticas da União Europeia.

As mais recentes orientações da PAC inscrevem como um dos seus objectivos operacionais aumentar a coerência global do desenvolvimento rural, atribuindo uma ênfase especial aos processos de inovação no meio rural como veículos promotores de um progresso equilibrado e sustentável.

Além disso, a visão estratégica para Portugal vencer o Século XXI, enquadradora do PNDES 2000-2006, num dos seus capítulos trata o tema da "Interioridade" avisando-nos, desde logo, da necessidade de uma abordagem integrada.

E acrescenta: "Não são necessários novos instrumentos ou medidas difusas, mas sim capacidade de gestão territorial das políticas: as políticas para o interior terão de ser políticas territoriais, concebidas, implementadas e coordenadas numa base territorial concreta".

Mais. Afirma que "a aposta de desenvolvimento do interior deve centrar-se no fomento da iniciativa, da organização e da capacidade de mobilização local".

Parece-nos, pois, que a partir das posições atrás referidas podemos extrair os três elementos de mudança de paradigma para o desenvolvimento rural sustentável:

a territorialização das políticas e dos instrumentos, a abordagem integrada que deverá englobar, no mesmo quadro, as medidas de ajustamento, conservação e diversificação;

e uma engenharia sócio-institucional, tão descentralizada quanto possível, que estimule a participação e a entreajuda das comunidades rurais.

A complexidade desta proposta, assente numa enorme diversidade de problemas e soluções, impõe políticas mais imaginativas e criadoras e a coerência de conjunto ao nível dos instrumentos e medidas. Nesta perspectiva de mudança, impõe-se, também, desde já, reflectir sobre as estruturas institucionais e os processos de decisão que, no futuro, teremos de implementar para conciliar, melhor do que hoje, eficácia, descentralização e coerência.

O que requer, provavelmente, uma nova institucionalidade.

E, sinceramente, julgo poder referir que como experiência o "LEADER" contém, na sua concepção e concretização, muito dos princípios enunciados. Tem uma abordagem integrada, descentraliza a gestão e apela à parceria, concede a iniciativa ao local. E dá um conteúdo válido e concreto ao princípio da subsidiariedade. Acima de tudo, consegue com pouco fazer muito, isto é, reproduzir o efeito das suas acções.

Por isso mesmo, saúdo a continuidade desta Iniciativa Comunitária.

Trata-se, no entanto, de um programa experimental cujo orçamento não irá crescer proporcionalmente à medida das progressivas necessidades e dinâmicas de diversificação que ajudou a impulsionar. Torna-se, portanto, relevante que se criem mecanismos de apoio que amplifiquem a capacidade de intervenção a favor da diversificação de actividades em meio rural, aproveitando as virtualidades demonstradas pelo programa LEADER.

Reconhece-se, assim, a necessidade de consolidar por outras vias uma iniciativa em favor do desenvolvimento rural equitativo, criativo e inovador, onde se estimule a densificação das relações entre as pessoas, as empresas, as instituições e os territórios.

Temos de tornar ainda mais reprodutivas as múltiplas e diversificadas experiências do movimento Associativo de Desenvolvimento Local em meio rural em Portugal!

Miguel Freitas

Director Geral de Desenvolvimento Rural

Depoimento do Presidente da Comissão Nacional de Gestão do Programa LEADER

Com a publicação deste número 0 do jornal "Pessoas e Lugares" publicado pela Célula Portuguesa de Animação LEADER, preenche-se um espaço fundamental no apoio à actuação das Entidades Locais LEADER.

Nos últimos anos tem-se cimentado, em Portugal, um forte movimento de apoio ao Desenvolvimento Local, em espaço rural, promovido por um vasto número de Associações de Desenvolvimento Local, que abrange já a totalidade do país incluindo as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Os Programas de Iniciativa Comunitária LEADER e LEADER II, não sendo a causa exclusiva desse fenómeno teve, sem dúvida, um papel determinante na constituição e na actividade dessas Associações.

Actualmente e no âmbito desse programa intervêm 48 Associações de Desenvolvimento Local, actuando noutras tantas Zonas de Intervenção, cobrindo cerca de 80% do território Nacional e perto de 100 % do território de características mais marcadamente rurais.

Constituídas, elas próprias, por amplas parcerias, de composição variável mas que congregam, na generalidade, Autarquias, Entidades Colectivas de carácter profissional, cultural, de serviço à comunidade, de carácter económico e mesmo pessoas individuais interessadas no Desenvolvimento das suas comunidades, são profundamente conhecedoras da realidade local e apresentam uma perspectiva ampla que lhes permite delinear acções para ultrapassar os obstáculos e promover as potencialidades, num processo que se aproxima do desenvolvimento integrado e sustentável.

A sua actuação a nível local tem sido vastíssima, envolvendo mais de 4 000 projectos de diferentes naturezas e que tocam áreas como as da criação de competências locais, defesa do património no seus aspectos mais amplos, apoio à produção e promoção dos produtos locais de elevado potencial, criação de serviços de proximidade, melhoria da qualidade de vida local e ainda acções de carácter mais imaterial, visando a reflexão e a melhoria dos conhecimentos e das atitudes da população local.

Esta abordagem bottom up profundamente adequada ao processo local de desenvolvimento, apresenta como única

limitação a minimização de possíveis sinergias, experiências e informação que se poderiam obter numa escala mais vasta de actuação que transcenda a abordagem meramente local.

É por este facto que a constituição de redes diversas e a promoção do trabalho em rede constitui um objectivo e um factor de qualidade no Programa LEADER II.

A rede de animação LEADER II, permitindo a troca de experiências, a afinação de critérios de actuação, o debate de ideias e mesmo aspectos formativos, tem tido já um papel determinante na implementação do Programa.

A Célula Portuguesa de Animação LEADER, recentemente constituída, traz ainda uma mais valia significativa por centrar a sua actividade na realidade nacional e basear a sua actividade nas necessidades das Entidades Locais LEADER nacionais, tendo já, em pouco tempo de actividade, desenvolvido e apoiado acções de grande significado.

Este número 0 de uma publicação que se pretenda seja constante e regular, vem permitir a criação de um espaço de informação, de troca de experiências e de debate e, simultaneamente, um instrumento de divulgação da aplicação do Programa em Portugal, que não existia ainda mas que irá, a partir de agora, constituir um factor de aproximação e de coesão com reflexos positivos na execução do Programa.

O momento escolhido para o seu lançamento, a realização da Grande Mostra do Mundo Rural, pela sua oportunidade e pelas sinergias encontradas, permite augurar a "Pessoas e Lugares" um sucesso assinalável.

Em nome da Comissão Nacional de Gestão LEADER II gostaria assim de felicitar a Célula Portuguesa de Animação LEADER por mais esta iniciativa com os desejos de que se torne cada vez mais num instrumento actuante e efectivo na melhoria da implementação do Programa.

Nuno Jordão

Presidente da CNG Programa LEADER

Depoimento do Observatório Europeu

Eis o jornal da Célula de Animação da Rede Portuguesa LEADER. Este jornal quer ser a expressão do esforço dos GAL, dos municípios e outros actores locais, da Comissão Nacional de Acompanhamento..., enfim, de todos aqueles que com paixão e devoção trabalham para a implementação da iniciativa LEADER em Portugal.

Quer ser também a expressão da Célula de Animação que, coordenada pela INDE, tem por missão de apoiar a reflexão sobre as modalidades de desenvolvimento local nos territórios rurais do país. Este apoio deverá transformar-se numa fonte de cooperação entre os próprios GAL e entre estes e as instituições nacionais.

Porque é importante reflectir e tirar lições do LEADER? Em primeiro lugar, porque é a primeira vez que uma política de desenvolvimento local cobre a quase totalidade do território nacional. Em segundo lugar, porque as competências técnicas e profissionais instalaram-se nas zonas rurais afastadas, e tornaram-se observadores privilegiados da evolução dessas zonas: a sua experiência deverá ser recuperada, comparada e debatida. Em terceiro lugar, porque eventuais decisões futuras sobre as políticas territoriais vão quase de certeza encontrar a sua inspiração nas lições tiradas da aplicação do LEADER.

O Observatório Europeu LEADER em Bruxelas, acompanha este processo ao nível de cada país membro e interessa-se, por outro lado, em divulgá-lo. É assim que um bom nível de troca de informações e uma boa coordenação das funções com as redes nacionais leva à mais-valia desejada pela Comissão Europeia em termos de implementação de uma rede dos territórios rurais. A consciência da importância desta abordagem aumenta sobretudo em relação aos territórios que, mesmo integrando a Europa, ficam por vezes afastados dos eixos de informação e transferência de conhecimentos.

Dar cabo do isolamento, valorizando as experiências locais para as divulgar e as enriquecer, é o papel chave das estruturas que acompanham a realização do LEADER.

Desejamos a maior das sortes à Rede Portuguesa LEADER no cumprimento desta tarefa, apaixonante, às vezes difícil, mas portadora de futuro. Porque a partir do momento que a voz dos actores locais tome forma, é a diversidade que se exprime, diversidade esta que está no próprio coração da construção da Europa.

Boa coragem, então!

Gilda Farrell

Co-directora do Observatório Europeu

O Desenvolvimento Rural em Portugal

Entrevista com o Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural

Engenheiro Vítor Manuel Coelho Barros

De onde partimos Onde estamos Para onde vamos

Pessoas e Lugares - A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural foi criada no início da presente legislatura. O Senhor é o seu segundo titular. Após este período de pouco mais de 3 anos, que balanço faz?

Vitor Barros - A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural, tutela, por delegação do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, serviços tão importantes para o desenvolvimento rural como a Direcção Geral de Desenvolvimento Rural, a Direcção Geral de Florestas, o Instituto de Hidráulica, Engenharia Rural e Ambiente e o Serviço Nacional Coudelico, e programas tão reconhecidamente importantes como as Iniciativas Comunitárias LEADER e INTERREG - Agricultura e Desenvolvimento Rural. Nos três últimos anos foi feito um esforço acentuado no sentido de, por um lado, dar corpo e fundamentação a uma política de

mento integrado (AVNA, PROALENTEJO-PEDIZA, ...); dinamização e reforço das acções no domínio do regadio, da electrificação das explorações agrícolas e dos caminhos rurais e, ainda, ajustamento dos dispositivos de aplicação dos apoios às organizações de agricultores. Reconhece-se porém que nem tudo o que foi planeado foi realizado em tempo oportuno e da melhor forma. Isto porque nem sempre foi possível ultrapassar estrangulamentos originados por opções políticas do anterior Governo. São disso exemplo algumas limitações impostas pela programação associada ao II Quadro Comunitário de Apoio para o período 1994-99.

P. e L. - Em sua opinião, até que ponto a existência desta nova Secretaria influiu na evolução da sensibilidade e compreensão do pessoal do Ministério em geral, para a problemática do desenvolvimento rural, sobretudo no que se refere à distinção entre desenvolvimento rural e desenvolvimento agrícola e /ou agrário?

V. B. - Em primeiro lugar é imprescindível precisar as questões. A nova estratégia para a agricultura portuguesa funda-se numa aliança sólida e dinâmica entre a agricultura e o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais na tripla vertente ambiental, económica e social e para o efeito foram definidos um conjunto de objectivos operacionais, entre os quais salientamos: o reforço da competitividade económica e da multifuncionalidade das explorações agrícolas, a promoção da qualidade e da inovação da produção, a melhoria das condições de vida e de trabalho dos agricultores, o apoio à organização, associação e iniciativa dos agricultores, a valorização do potencial específico dos territórios rurais e o seu desenvolvimento e diversificação eis e regionais; no segundo aspecto, é de sublinhar o destaque que tem vindo a ser dado à problemática do território e das zonas rurais quer ao nível dos apoios financeiros quer no que concerne ao envolvimento dos serviços do Ministério em acções de natureza integrada. Esta é aliás uma via que pretendemos aprofundar e consolidar. Os serviços do Ministério tenderão a ser cada vez mais serviços de apoio ao desenvolvimento rural, onde a agricultura tem um papel importante e muitas vezes decisivo.

P. e L. - Quais são os obstáculos ou incompreensões que ainda subsistem para a necessidade da integração de políticas nacionais de desenvolvimento rural que visem criar programas com lógicas territoriais e integradas, com execução autónoma por parcerias locais, financiadas por linhas orçamentais da responsabilidade de diferentes Ministérios?

V. B. - A lógica do desenvolvimento sustentável e integrado está presente em todas as reflexões sobre as medidas e os instrumentos de política de apoio ao desenvolvimento agrícola e rural, podendo dizer-se o mesmo em relação a todas as áreas de intervenção do Governo. No entanto é necessário reconhecer que a obediência a esta lógica não tem sido sempre fácil. Em primeiro lugar, porque as lógicas de progra-

mação ao financiamento comunitário não têm incentivado e facilitado a adopção de procedimentos integrados; em segundo lugar, porque ao nível dos departamentos ministeriais ainda não se alcançou uma total coordenação e articulação de interesses, sendo de notar que a prática dos governos anteriores era claramente contrária a este objectivo; em terceiro lugar porque a lógica de sustentabilidade e integração pressupõe a aplicação de princípios de coesão e de solidariedade entre territórios, sectores e agentes ainda não completamente reconhecidos e assumidos.

Os trabalhos de programação em curso para aplicação em 2000-2006 apoiam-se nesta lógica quer no que se refere aos eixos de intervenção nacionais quer relativamente aos eixos de intervenção regionais, assumindo-se como referência a coesão económica e social como preocupação dominante da

O que significa que entendemos que não pode ser dissociado o desenvolvimento agrícola do desenvolvimento rural e vice-versa.

desenvolvimento rural, em conformidade com os princípios e orientações expressas no Programa do Governo e, por outro lado, aplicar e fazer aplicar as novas orientações numa óptica mais dinâmica e numa perspectiva mais ajustada às preocupações e necessidades dos agentes do desenvolvimento.

É neste contexto que podemos citar, a título exemplificativo, o seguinte conjunto de acções favoráveis à concretização dos objectivos estabelecidos: resolução dos estrangulamentos financeiros do LEADER e arranque do mesmo para uma situação de estabilidade e de dinamismo; reformulação do programa de medidas agro-ambientais e consequente aumento significativo dos apoios associados ao mesmo; reformulação da legislação do turismo em espaço rural; ajustamento dos dispositivos de aplicação dos apoios aos Centros Rurais/PPDR e consequente aprovação dos respectivos Planos Globais de Intervenção; reforço das acções no domínio da promoção de produtos de qualidade; regularização e consolidação da aplicação da medida de apoio à formação profissional agrícola; aprovação da Lei de Bases da Política Florestal e do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Floresta Portuguesa; aprovação do Programa de Acção Nacional contra a Desertificação; revisão do regime jurídico de fomento, exploração e conservação dos recursos cinegéticos; apoio à implementação e execução de programas de desenvolvi-

Neste quadro de referência assistir-se-á cada vez mais acentuadamente a um reforço dos programas de âmbito regional e local.

acção política no contexto do processo de transformação estrutural da sociedade portuguesa.

P. e L. - Em sua opinião o desenvolvimento rural é, ou não, também desenvolvimento local? Se sim, porquê chamar-lhe apenas desenvolvimento rural sem referência alguma ao nível de proximidade territorial que a sua prática exige?

V. B. - É óbvio que o desenvolvimento rural é também desenvolvimento local. É no entanto necessário não esquecer que todo o desenvolvimento rural é desenvolvimento local, mas nem todo o desenvolvimento local é desenvolvimento rural. Há políticas de desenvolvimento local que têm objectivos predominantemente urbanísticos. Este entendimento está aliás presente quer na Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo, quando se especifica que o regime de uso do solo é definido em primeiro lugar mediante a classificação do mesmo em solo rural e solo urbano, quer na regulamentação da mesma lei que prevê que os Planos de Pormenor municipais podem adoptar a forma de "Projectos de intervenção rural". Isto não significa porém que só se entenda que as políticas de desenvolvimento rural apenas devem incidir sobre os solos rurais. O Ministério da Agricultura tem uma visão mais abrangente e integradora do



O Ministério da Agricultura tem uma visão mais abrangente e integradora do desenvolvimento rural, onde nomeadamente são considerados os núcleos populacionais – “aldeias” – como polos de dinamização do desenvolvimento económico e social.

Como já tivemos oportunidade de reconhecer em diversas ocasiões as iniciativas comunitárias LEADER I e LEADER II contribuíram de forma clara para a viabilização de numerosas e importantes comunidades locais.

(...) adopção de métodos de selecção rigorosos quer no que se refere aos grupos de acção local quer relativamente à selecção das intervenções e projectos a apoiar.

(...) uma das preocupações presentes (...) é acautelar uma aplicação articulada e coerente das medidas e dos instrumentos para promoção e desenvolvimento das zonas rurais.

desenvolvimento rural, onde nomeadamente são consideradas os núcleos populacionais – “aldeias” – como polos de dinamização do desenvolvimento económico e social.

P. e L. - Considerando que as iniciativas e práticas de desenvolvimento local em meio rural no nosso país têm sido marcadas pelo programa de iniciativa comunitária LEADER, e estando agora a finalizar-se o LEADER II, quais são as mais-valias que aponta para aquela intervenção?

V. B. - Como já tivemos oportunidade de reconhecer em diversas ocasiões as iniciativas comunitárias LEADER I e II contribuíram de forma clara para a viabilização de numerosas e importantes comunidades locais. Esta viabilização, assente na valorização dos actores e no aproveitamento das potencialidades locais e nas sinergias entre sectores e actividades, traduziu-se num valor acrescentado que podemos sintetizar da seguinte forma: criação e consolidação de uma rede de competências diversificadas e ajustadas aos problemas do desenvolvimento rural; apresentação e concretização de projectos de desenvolvimento inovador e promoção de iniciativas geradoras de emprego; dinamização do trabalho em parceria e consequente compatibilização de interesses potenciando sinergias e dinâmicas sociais e económicas; implementação de procedimentos participativos e de responsabilização dos agentes do desenvolvimento e concepção e aplicação de um sistema de gestão descentralizado, simples e flexível

P. e L. - Sabendo-se que o programa LEADER II passou a cobrir praticamente todo o território rural português sem que os meios financeiros afectados tenham tido um aumento correspondente, retirando por isso intensidade e visibilidade no terreno ao trabalho esforçado de muitos grupos locais gestores do programa, como antevê o futuro da nova iniciativa LEADER + para o período 2000/2006?

V. B. - O LEADER I abrangeu cerca de 40% do território e o LEADER II alargou essa cobertura a quase 80% de Portugal. Uma das problemáticas que se impõe clarificar relativamente ao futuro do LEADER respeita à sua aplicabilidade em termos territoriais. Como se sabe a revisão da legislação comunitária de enquadramento da Política Agrícola Comum, decidida em Berlim em Março passado, acolhe, de acordo com as propostas formuladas na Agenda 2000, o desenvolvimento rural como segundo pilar da PAC estabelecendo que o FEOGA poderá financiar a “promoção da adaptação e do desenvolvimento das zonas rurais”. O novo posicionamento da União relativamente ao desenvolvimento rural reflecte-se igualmente no quadro do financiamento da iniciativa LEADER para o período 2000-2006, uma vez que o mesmo passa a ser assegurado integralmente pelo FEOGA-Orientação. Neste contexto afigura-se lógico e natural que: a generalidade das zonas rurais venham a ser apoiadas no âmbito do Programa de Desenvolvimento Regional, nomeadamente

através de medidas e acções propostas em matéria de agricultura e desenvolvimento rural, e que as zonas rurais mais desfavorecidas venham a ser apoiadas complementarmente, e de forma particular, através do LEADER. Esta filosofia, baseada na necessidade de compatibilizar e dar coerência aos vários instrumentos de política com incidência nos territórios rurais, no entender do MADRP, deve ser equacionada na seguinte perspectiva: aplicação de critérios fundamentados na definição das zonas de intervenção do LEADER; concepção e aplicação de um sistema de gestão balizado pelos princípios da simplicidade e da transparência; envolvimento da generalidade dos agentes económicos e sociais, em particular daqueles que representam de forma mais acentuada os interesses dos sectores produtivos das zonas rurais; adopção de métodos de selecção rigorosos quer no que se refere aos grupos de acção local quer relativamente à selecção das inter-

recursos. Neste quadro de referência assistir-se-á cada vez mais acentuadamente a um reforço dos programas de âmbito regional e local, onde se deverá integrar a componente rural, sem prejuízo da manutenção de programas nacionais para situações particulares com incidência em zonas com problemas específicos distribuídas por todo o território.

P. e L. - Na actividade de animação com os grupos LEADER temos verificado que estes reforçaram a sua capacidade de intervenção no terreno e até a própria especificidade do LEADER. Mas também encontraram dificuldades de coordenação que tem a ver com problemas de harmonização entre os programas dirigidos ao mundo rural. Como vê esta harmonização? O que está a ser feito neste sentido?

V. B. - Como já se referiu uma das preocupações presentes no desenvolvimento dos trabalhos de programação para o

A experiência do LEADER I e II é extremamente positiva relativamente a esta matéria e temos as mais justificadas expectativas de que os princípios da cooperação e a parceria venham a ser aplicadas de forma ainda mais abrangente e eficaz na preparação do LEADER para o período 2000-2006.

Gilda Farrell - Co-directora do Observatório Europeu

venções e projectos a apoiar. Os meios financeiros a disponibilizar pela União não deverão colocar qualquer dificuldade na concretização destes objectivos.

P. e L. - Seria ou não necessário e oportuno potencializar a exemplaridade da dinâmica LEADER, dotando o desenvolvimento local, em meio rural, com programas de iniciativa nacional, financiados pelo QCA e pelo Estado Português?

V. B. - Como se referiu atrás os exercícios de programação em elaboração para o período 2000-2006 desenvolvem-se num quadro regulamentar mais adequado ao desenvolvimento das zonas rurais, na medida em que se projectam actuações potencialmente mais coerentes e integradas. Por outro lado o Governo já traçou algumas orientações relativamente ao Programa de Desenvolvimento Regional que apontam por um lado para um reforço da componente a gerir regionalmente, por outro lado para a necessidade de serem acolhidas as acções integradas de base territorial e finalmente para a adopção de mecanismos de programação e gestão que acautelam a integração das estratégias de desenvolvimento propostas pelos vários sectores. Estas orientações estão em completa concordância com os princípios estabelecidos pela União Europeia no sentido de reforçar a componente regional a garantir a maior eficiência e eficácia na utilização dos

período 2000-2006 é acautelar uma aplicação articulada e coerente das medidas e dos instrumentos para promoção e desenvolvimento das zonas rurais.

Esta articulação e coerência está a ser analisada e considerada, quer ao nível da fixação dos objectivos quer no que se refere aos aspectos técnicos de caracterização das intervenções e da concepção do sistema de gestão.

A concretização deste objectivo encontra-se fortemente dependente das soluções adoptadas no âmbito da cooperação e da parceria. O MADRP tem vindo a desenvolver esta vertente quer através de relações interinstitucionais quer no quadro do envolvimento dos agentes económicos e sociais. É necessário continuar a trilhar este caminho e é imprescindível que os agentes compreendam e assumam uma posição apropriada neste domínio. A experiência do LEADER I e II é extremamente positiva relativamente a esta matéria e temos as mais justificadas expectativas de que os princípios da cooperação e a parceria venham a ser aplicadas de forma ainda mais abrangente e eficaz na preparação do LEADER para o período 2000-2006.

do LEADER ao papel das "agências" de desenvolvimento local

(Texto do Observatório Europeu LEADER apresentado pelo Eng. Nuno Jordão no Seminário de Valência)

Quando aparece o programa LEADER, em 1991, havia poucas intervenções ou instituições para o desenvolvimento local em meio rural, tanto do sector público como no privado. O programa LEADER é o "pontapé de saída" da implementação de Associações de Desenvolvimento Local (ADL's) que, pouco a pouco, ocupam o terreno e se transformam em pólos de intervenção no próprio território. Com o LEADER II, cobrem quase todo o território nacional. Se o LEADER aparece como o motor destas associações, o reforço das suas capacidades passa, em grande parte, pela gestão de outros programas. Isso permitiu que elas ganhem progressivamente um papel de "agências de desenvolvimento" a nível local, baseadas na parceria local, na abordagem territorial e proximidade das populações, reforçando e alargando assim, pouco a pouco, a metodologia do LEADER a todas as áreas do desenvolvimento rural.

Contexto

Antes do lançamento do LEADER, em 1991, as intervenções para o desenvolvimento local eram muito escassas nas zonas rurais portuguesas. As iniciativas mantinham-se parceladas, sectorizadas e isoladas. Existia pouco concertação entre actores de um mesmo território, e ainda menos no que diz respeito às relações entre o sector público e o privado. O país permanecia ainda marcado pela herança do sistema corporativista do antigo regime, não obstante as mudanças institucionais importantes, que se desenvolveram a partir de 1974.

Outro elemento do contexto a considerar para compreender o que foram as associações de desenvolvimento local é a ausência de cultura de empresa colectiva. No Sul do país o domínio do sistema latifundiário, desde há séculos, está na origem da ausência de espírito de empresa. Quanto ao Centro e ao Norte do país, dominados pela pequena exploração agrícola familiar, fica-se muito agarrado à ideia da empresa familiar, que inclusivamente moldou as grandes empresas nacionais até aos anos 70. Esta ausência de cultura de empresa colectiva, no sentido da reunião de um capital sob a forma de quotas ou acções de vários parceiros, pode relacionar-se com a relativa desconfiança que existe em relação à repartição colectiva do risco. O estatuto associativo aparece como um quadro adequado à parceria local neste contexto.

Ponto de partida

Entre os anos 1988 e 1990 emergiram algumas Associações de Desenvolvimento Local (ADL's) no meio rural português, na sua maioria, sob o impulso de pessoas que procuravam envolver-se nas dinâmicas locais:

- universitários que desejavam estabelecer uma ligação com um trabalho de animação no terreno (caso da In Loco);
- jovens que seguiram uma formação de agente de desenvolvimento local e com vontade de constituir uma associação, implicando também as Câmaras Municipais (caso da Adices);
- Desempregados, beneficiários de uma formação profissional, com vontade de se constituírem em associação para dar um seguimento à sua acção (caso da Esdime);

Estas ADL's eram todavia pouco numerosas (cinco ou seis) e dispunham de poucos meios.

O lançamento do programa LEADER, em 1991, funcionou como um impulsionador decisivo para este movimento:

- dando às ADL's os meios para conceber e implementar um Plano de Acção Local e projectos;
- impulsionando o lançamento de novas ADL's em todo o país;
- oferecendo um quadro que esclarece e legitima o papel das ADL's, como parcerias locais que implementam uma abordagem territorial num território rural bem definido.

Assim, em 1991, nasceram uma vintena de ADL's, expressão de parcerias locais que se tornaram beneficiárias do LEADER I. A maior parte delas integram as Câmaras Municipais e várias instituições locais privadas (cooperativas, caixas de crédito, associações culturais, etc.) como parceiros. A gestão do programa LEADER I, de 1991 a 1994, deu uma certa visibilidade a estas associações, de tal forma que, no LEADER II, o número das associações cresceu (48 no total), cobrindo todas as zonas rurais do país, à excepção das zonas peri-urbanas e algumas zonas costeiras (84% da superfície do país).

Implementação

A partir do LEADER I, vários factores intervieram no sentido de um alargamento do papel das ADL's para a gestão de outros programas comunitários ou nacionais:

- De acordo com as orientações gerais da iniciativa comunitária, o próprio Ministério da Agricultura, por intermédio da Comissão Nacional LEADER, incitou os grupos LEADER nesse sentido, nomeadamente ao insistir na ideia que somente os projectos que não podiam ser financiados por outros programas deveriam ser financiados pelo LEADER. Cada associação de desenvolvimento local deveria, por conseguinte, pôr-se em contacto com vários programas existentes. É o caso, por exemplo, da formação, para a qual foram utilizados outros programas nacionais ou europeus, à excepção de formações realizadas especificamente para projectos financiados pelo LEADER.

→ As próprias associações sentiram a necessidade de diversificar as fontes de financiamento para poder assegurar a viabilidade financeira a longo prazo. A passagem difícil do LEADER I para o LEADER II tornou esta necessidade ainda mais urgente, empurrando as associações para outros programas para evitar o abandono dos técnicos formados durante o LEADER I e manter as equipas.

→ Produziu-se um "efeito bola de neve", na medida em que o recurso a outros programas introduziu novas sinergias e fez emergir novas necessidades, provocando procura de novos financiamentos. Este alargamento progressivo levou as Associações de Desenvolvimento Local a reforçar as equipas e a transformarem-se, pouco a pouco, em verdadeiras "agências de desenvolvimento" actuando a nível local em todos os sectores (turismo rural, artesanato, sector social, ordenamento do território, etc.).

Elementos inovadores

1. Parceria local

As Associações de Desenvolvimento Local constituem um quadro jurídico original que parece bem adaptado à constituição de parcerias locais:

- A figura da Associação de Desenvolvimento Local garante uma certa independência da parceria local, recomendada pelo próprio programa LEADER, nomeadamente em relação às estruturas públicas. Por exemplo, nunca se encontra em Portugal um GAL integrado numa colectividade territorial ou associação de municípios. O único caso onde isso aconteceu no LEADER I (Adisco) evoluiu para a constituição de uma Associação de Desenvolvimento Local, sendo a associação de municípios um membro, entre outros. Contudo, algumas Associações de Desenvolvimento Local são na verdade quase comparáveis a associações de municípios, que optaram por criar uma ADL por razões legais e de facilidade de gestão dos programas.
- A ausência de capital evita uma repartição formal dos poderes de decisão segundo os meios que cada um traz, permitindo então uma certa democracia interna. No entanto, esta protecção jurídica não impede que poderes informais se constituam. Por exemplo, as Câmaras Municipais, muitas vezes, põem à disposição das associações alguns meios, disponibilizando locais, pessoal, co-financiando acções, etc. argumentando com isso para impor um poder de decisão mais forte e ter o controlo da direcção.
- A associação oferece um quadro jurídico muito flexível, permitindo à parceria local evoluir relativa e facilmente: facilidades de novas adesões, criação de órgãos complementares internos e externos (conselhos consultivos, núcleos locais), etc.
- A legislação portuguesa não é limitativa quanto às actividades das associações. Estas podem inclusivamente ter actividades comerciais (e até participar no capital de sociedades comerciais), mediante a condição que os benefícios serem reinvestidos a favor dos objectivos da associação. Isto permitiu criar, nomeadamente, empresas e sociedades de investimento, proporcionando assim às associações de desenvolvimento local uma grande capacidade de intervenção (como por exemplo no caso da Terras Dentro).



foto: João Rangel © Isto é

2. Parceria territorial

Ao diversificar os programas nos quais intervêm, as associações de desenvolvimento local reforçaram a abordagem territorial, alargando pouco a pouco a sua intervenção noutros domínios e integrando-os numa abordagem global.

A título de exemplo, a associação ADRAT, situada no extremo Norte de Portugal (Trás-os-Montes), pouco a pouco, alargou a sua intervenção a problemas ligados às infra-estruturas e melhoramento do património construído (nomeadamente graças ao programa INTERREG e à medida C do programa PRONORTE), à gestão do espaço (nomeadamente por um projecto de apoio à gestão das florestas municipais, realizada no quadro do programa ECOS-OUVERTURE), à diversificação do tecido económico (por um programa de formação das PME, realizado em parceria com a Associação de empreendedores AlPortuense), e ao apoio às populações desfavorecidas (sendo gestor de projectos Integrar e do Rendimento Mínimo Garantido). Sob cada um desses campos de intervenção conseguiu insuflar uma abordagem territorial, previamente adquirida com o LEADER, dando assim uma dimensão muito maior e integrada a essa abordagem.

Todavia esses alargamentos permanecem pontuais e insuficientes, e sectores importantes que podem ter um papel decisivo numa abordagem territorial, mantêm-se separados do campo de acção das ADL's. É o caso, entre outros, do ordenamento do território, da aplicação da PAC, das intervenções sectoriais nos sectores de serviço à população, nomeadamente, educação e saúde. Esta separação liga-se a alguma dificuldade, por parte das associações, em criar ligações de parceria com as administrações regionais sectoriais, incluindo, muitas vezes, as próprias Direcções Regionais da Agricultura.

No entanto, não é uma regra geral e em certos casos, a aproximação entre a Direcção Regional da Agricultura e ADL's foi real.

Por exemplo, no Algarve, a Direcção Geral da Agricultura e a Associação IN LOCO implementaram em parceria vários projectos de desenvolvimento agrícola, dos quais um projecto de reactivação da caprinicultura nas zonas de montanha do Algarve, graças à revalorização da raça local (com um financiamento do artigo 8 do FEOGA).

3. Ligação entre as acções

A diversificação dos programas permitiu também criar novas sinergias entre as acções.

Por exemplo, a associação ADICES, no Centro do país, desenvolveu todo um conjunto de acções na área da formação, socorrendo-se de vários programas existentes nesse domínio: formação dirigida aos empreendedores no quadro dos programas PESSOA e ICPME, formação de mulheres desempregadas (programa NOW), e realização de escolas-oficinas para jovens desempregados para se tornarem artesãos (apoiados pelo Instituto do Emprego e da Formação Profissional). Essas formações foram sistematicamente orientadas para a diversificação das actividades económicas em torno da valorização dos recursos locais e da identidade do território, permitindo mobilizar várias camadas da população nesse aspecto, nomeadamente os jovens, e criar laços entre as novas actividades criadas.

4. Abordagem local

O reforço das equipas das associações, chegando às vezes a atingir cerca de trinta técnicos ou mais, poderiam ser indiciadoras de uma certa burocratização. De facto, aconteceu o contrário. Foram as associações que mais diversificaram as fontes de financiamento e reforçaram as suas equipas, que fizeram prova de maior dinamismo no terreno. Muitas, criaram estruturas de apoio ao nível micro-local, para se aproximarem dos promotores de projectos (gabinetes de apoio a nível municipal ou de uma aldeia), permitindo apoiar promotores de projectos isolados ou sem possibilidades de receber o financiamento (analfabetos, grupos sociais excluídos, etc.). Por oposição, as associações que ficaram unicamente com o financiamento LEADER, tornaram-se estruturas de gestão dos financiamentos com uma presença mais fraca no terreno.

5. Financiamento descentralizado

A gestão comum de vários programas e financiamentos deu às ADL's uma grande agilidade e capacidade em utilizar da melhor maneira cada instrumento financeiro disponível, valorizando plenamente as complementaridades possíveis. Isso permitiu reforçar o efeito multiplicador do LEADER. Por exemplo, os financiamentos do LEADER puderam ser utilizados mais especificamente, para:

- dar a ajuda necessária para fazer emergir as acções inovadoras que podiam depois ser retomadas por outros financiamentos (como por exemplo a Casa do Risco no Vale de Sousa - Associação ADERSOUSA);
- financiar as acções-chave que pelo o seu carácter inovador não encontravam um quadro financeiro nos programas existentes (exemplo: formação para o desenvolvimento rural na Raia Beira Sul - Associação Adraces)

Não obstante, as formas de financiamento estão, neste momento, limitadas às subvenções. Resta todo um trabalho por fazer quanto à utilização de outros instrumentos financeiros (crédito, fundos de garantia, capital risco, etc.).

6. Organização em rede

A organização em rede é, sem dúvida, o ponto mais fraco das Associações de Desenvolvimento Local em Portugal. Contudo, várias formas de colaboração e de estabelecimento de uma rede emergem, desde há alguns anos, a nível regional ou micro-regional. Algumas associações de desenvolvimento local constituíram-se em agências de desenvolvimento regional, reunindo-se entre elas, assim como com outros parceiros (nomeadamente as Associações Regionais de Empresários).

Conclusão

A experiência do LEADER I e LEADER II mostrou como a ligação com outros financiamentos no seio das Associações de Desenvolvimento Local é um factor de reforço da abordagem LEADER nas suas especificidades e valorização da pertinência desta abordagem. Tudo indica que hoje se deve ir mais longe neste sentido, nomeadamente alargando a abordagem territorial local a outros sectores de intervenção, abrindo novas formas de parceria em torno de Associações de Desenvolvimento Local, e alargando os instrumentos de financiamento. Tudo isto implica que sejam ultrapassados os limites de uma orientação que se ficou, até hoje, ainda por um nível experimental, para a transformar numa plena linha de actuação das políticas nacionais de desenvolvimento local em meio rural.

Valência e Gesves

dois Seminários Europeus sobre a transferência da metodologia do LEADER para Políticas Nacionais de Desenvolvimento Rural

Na altura que se prepara em toda a União Europeia o novo período 2000-2006, tirar os ensinamentos do LEADER para as futuras políticas nacionais ou europeias de desenvolvimento rural é uma tarefa essencial. Já se organizaram, em todos os Estados Membros, seminários, encontros, grupos de trabalho, etc. a este respeito.

Para permitir trocas de experiência entre os países, a este respeito, o Observatório Europeu LEADER organizou dois seminários sobre o tema do « mainstreaming » do LEADER, ou seja a transferência da metodologia do LEADER para as políticas nacionais de desenvolvimento rural: um seminário em Gesves na Bélgica, de 16 a 19 de Junho e um outro em Valência, Espanha, de 24 a 26 de Junho.

Estes dois seminários puseram em relevo a grande diversidade de situações existentes nos diferentes países :

Por um lado, os países fora do objectivo 1 (que estavam sobretudo presentes no seminário da Bélgica) têm geralmente uma política de desenvolvimento rural já implementada no terreno desde há muito, com uma certa orientação territorial local, mas não tão avançada como o LEADER. Em todos estes países, o LEADER trouxe aparentemente uma mais valia importante em relação ao que já existia e enriquece de maneira positiva as políticas nacionais de desenvolvimento rural. No entanto o « enxerto » do LEADER numa política já existente não foi sempre conseguido a 100%. Por exemplo, todos estes países estavam de acordo com as 7 especificidades do LEADER apresentada no Seminário, excepto sobre a descentralização dos financiamentos, que estava longe de ser consensual.

Nos países que têm a maioria das suas zonas rurais dentro do objectivo 1 (nomeadamente Portugal, Espanha, Irlanda, Itália, países que estavam presentes no Seminário de Valência), o LEADER aparece como uma forma de implementar uma política nacional de desenvolvimento rural que, praticamente, não existia antes. Nestes casos não houve « choque » com qualquer coisa que já existia e o LEADER foi geralmente aplicado na sua integralidade.

O caso de Portugal apareceu como um caso bastante interessante, pelo facto de a aplicação integral da metodologia LEADER (nomeadamente no que diz respeito à constituição de parcerias locais no seio de ADL's e sobretudo a larga autonomia concedida às ADL's) ser um factor decisivo para um grande dinamismo ao nível das ADL's, levando-as a estender a própria metodologia do LEADER a outros tipos de programas e financiamentos. O texto que foi apresentado pelo Eng. Nuno Jordão, Presidente da Comissão Nacional de Gestão do LEADER no Seminário de Valência é bastante elucidativo a este respeito e relata de uma forma sintética essa especificidade do LEADER em Portugal.

Quanto ao futuro, apesar da grande diversidade existente entre os países, apareceu uma certa convergência entre os dois seminários à volta da ideia que o LEADER + deveria focalizar-se sobre o financiamentos das equipas dos GAL e das acções inovadoras para todos os grupos, com a condição de ser complementado por programas nacionais que se inscrevem na mesma metodologia e que irão financiar acções menos inovadoras, mas igualmente importantes para o desenvolvimento rural. Dito em outras palavras, o LEADER + e os programas nacionais de desenvolvimento rural se complementar-se-iam para financiar um único plano de acção local, definido globalmente para cada zona de intervenção e no qual a parte mais inovadora seria financiada pelo LEADER + e a parte mais « repetitiva » por programas nacionais.

Trata-se, no entanto, de uma ideia ainda muito verde, que apesar de ter encontrado uma certa convergência de opiniões nos dois seminários, precisa de ser estudada e afinada, quer seja a nível de cada país, quer seja ao nível da Comissão Europeia.

Nesta secção do Pessoas & Lugares, fala, ou melhor, escreve quem quiser, sobre o que lhes apetecer, sempre que não se ultrapasse os limites da boa educação e do respeito devido a cada uma das Pessoas ou Instituições citadas.

É o nosso "correio dos leitores", com outro título.

O facto de se abrir desde já este espaço aos leitores, não significa que o jornal não esteja, por inteiro, à disposição dos Grupos LEADER e de todos quantos se interessam pelo Desenvolvimento Rural e Local.

Neste número 0, damos a palavra ao Presidente da ESDIME e da ANIMAR.

Fala quem quer

Há 12 anos... o "projecto de Messejana" lançou sementes para o DL

Quando em 1987 concebemos e apresentámos o "Projecto de Formação para o Desenvolvimento de Micro-Regiões Rurais" para ser realizado em Messejana, freguesia de Aljustrel no Baixo Alentejo, apostámos que a revitalização das marginalizadas zonas rurais tinha que passar em primeiro lugar pela formação das suas gentes ao nível da cidadania, da iniciativa empreendedora e da qualificação profissional em áreas socioprofissionais com futuro.

Nesses tempos, não fora a excepção do Programa ILE (Iniciativas Locais de Emprego) da responsabilidade do Dr. Acácio Catarino, o projecto lançado e as iniciativas promovidas, entre as quais a ESDIME, lutavam no "arame e sem rede" para se afirmar perante a desconfiança e/ou incredibilidade geral.

Servem estas breves notas não para saudosismos, mas para tornar claro que os LEADER, RIME, Centros Rurais, Integrar ... não foram os detonadores das iniciativas de desenvolvimento local em meio rural, mas sim consequência da luta que cidadãos organizados em diversos locais da Europa levaram a cabo através de iniciativas e "aventuras" que apostavam na capacidade de inverter processos através da dinamização social, cultural e empresarial e da reclamação de políticas e instrumentos à nossa medida e realidade.

Mas para que os nossos objectivos fossem alcançados sempre tivemos claro que tínhamos que gerar laços e cooperações.

Foi, assim, que em 89 a ESDIME apostou em relações com a "In Loco/Radial", "processo de Castelo de Vide" e agentes de desenvolvimento que, formados, começaram a trabalhar no terreno; depois em 90/91 quando nos irmanámos ao processo de criação da "Terras Dentro" e em 92/93 comungámos o processo de criação da animar e da Ideia Alentejo, sem falar nas relações e apoios regulares a novas associações locais na nossa Zona.

Hoje, com milhares de horas e de contos investidos nestes processos, e com os problemas de ainda não termos conquistado o reconhecimento e o conjunto de políticas e programas adequados, estamos de bem connosco, porque é trabalhando em cooperação e em rede com os múltiplos e diferentes companheiros de jornada que conseguiremos "dar a volta ao texto".

Por tudo isto apostamos na animar, enquanto organização que fora dos modelos tradicionais piramidais, federativos e únicos, que de portas abertas, faz tudo para ser útil ao movimento do desenvolvimento local.

Confiamos no futuro!

28/Junho/99

José Carlos Albino
Presidente da Direcção da ESDIME

preconceitos & conceitos

Relacionados com o desenvolvimento local

Do dicionário "Cândido de Figueiredo"

Conceito: aquilo que o espírito concebe, entendimento, opinião, síntese, substância, máxima, dito sentencioso.

Preconceito: conceito antecipado, opinião formada sem reflexão, preocupação, superstição.

Ninguém gosta de ser tido por... preconceituoso!

Cá por mim, não me importo. Até acho, quase sempre, justo e estimulante!

Justo porque tenho consciência de ainda não Ter feito a reflexão suficiente sobre o Desenvolvimento Local para poder afirmar conceitos.

Estimulante, porque mesmo sabendo dessa minha insuficiência, entendo que outros há, que com menos reflexão feita, poderão aproveitar do meu "avanço", da mesma forma que eu tenho aproveitado dos "avanços" de outros.

Desde que disso se tenha consciência, pior do que ser preconceituoso (ter preconceitos) é não ter nada, nem mesmo os "pre"!

A partir do "pre" é possível discutir para tentar chegar relativamente ao próximo conceito.

Porém, o conceito – aquilo que o espírito concebe – é, tem de ser, um mutante permanente, modificando-se, a cada momento, segundo a evolução do nosso conhecimento objectivo das coisas, e a absorção e interpretação objectiva de todos os sinais perceptíveis ao nosso espírito.

Portanto... sejamos livres.

Afirmemos os nossos preconceitos e ou conceitos nesta espécie de "steap-tease" do desenvolvimento local e, se no final, descobrirmos que andamos nus e sem vergonha uns dos outros, teremos então, certamente, chegado muito perto do essencial, muito perto do respeito e reconhecimento da diversidade e complementaridade necessárias à Paz e ao Desenvolvimento entre os Humanos.

Por favor, façam um esforço de síntese, não pretendemos "tratados", tão só desejamos que este espaço seja polémico quanto baste para provocar a nossa capacidade reflexiva.

Força! O que é para cada um de nós o Desenvolvimento Local, rural ou urbano?

Quais os valores e princípios culturais, éticos, morais, políticos, sociais, económicos que configuram o desenvolvimento Local no nosso espírito?

E tudo o mais que queiram, como é óbvio. Cá os esperamos.

Endógeno e Exógeno

Os dicionários são pouco precisos. O endógeno "cresce para dentro" ou também, "a partir de dentro para fora" (?). E o exógeno "cresce para fora" ou também "de fora para dentro" (?)

Uma pequenina história a título de ilustração.

Correndo campos fora, três homens caíram em três fundos buracos! Um deles, aflito e desesperado, senta-se no fundo e põe-se a gritar por socorro até perder a voz, gritando sem descanso até tombar por terra exausto, sem Ter sido assistido por ninguém.

O segundo, fatalista e pleno de fé, ajoelhou-se e rezou continuamente pedindo a ajuda do Supremo, sem que alguém o ouvisse.

O terceiro, resolveu "analisar a situação" e, de tempos em tempos, sem pressas nem desespero, enquanto com as mãos ia escavando o fundo do buraco, atirava umas pedras para fora. Atiraram-lhe uma corda por onde subiu, salvando-se assim da profunda endogeneidade em que se encontrava, podendo igualmente oferecer aos outros dois a exógena corda que o salvou.

Segundo a moral desta história, quem precisa do exógeno, tem que Ter endógeno para dar!

Ao que parece, não chega pedir socorro e Ter fé!

Eis uma pequena e simples ilustração do meu conceito de endógeno, da minha "concepção espiritual" sobre a ligação entre as coisas.

O contributo da experiência do LEADER para uma Política Nacional de Desenvolvimento Rural

No momento actual em que se prepara o Novo Quadro Comunitário de Apoio a nível nacional e a nova iniciativa comunitária LEADER + a nível europeu, as Associações de Desenvolvimento Local LEADER portuguesas estão mobilizadas para que a sua experiência no terreno sejam tomadas em conta como elemento valorizador para a concepção de políticas de desenvolvimento rural. O texto apresentado a seguir é o fruto de um trabalho comum e representa hoje uma posição largamente partilhada.

Os ensinamentos do LEADER como base de uma reflexão para novas políticas de desenvolvimento rural é um tema que mobiliza os grupos LEADER desde há bastante tempo. Já em 1997, um documento subscrito por 29 Associações de Desenvolvimento Local LEADER, tinha sido apresentado por ocasião do Colóquio Europeu LEADER em Bruxelas, em Outubro de 1997. Mais recentemente, a Comissão Local de Acompanhamento do Alentejo aprovou, em 23 de Fevereiro de 1999, um documento considerado como «contributos para uma reflexão sobre o programa LEADER II».

Este ano também, tendo em conta que estamos na fase de preparação do próximo QCA, a associação Vincentina organizou, em 11 de Abril, em Lagos, um seminário sobre o tema: «Que contributo do LEADER para definição de políticas nacionais de desenvolvimento rural». Uma das conclusões deste seminário foi a necessidade de se constituir um grupo de trabalho, que continuasse a tarefa iniciada naquele encontro, com o apoio da Célula de Animação.

Reunido pela primeira vez a 14 de Maio, em Lisboa, este grupo de trabalho analisou as conclusões do Seminário de Lagos, completando-as com outros pontos considerados pertinentes e decidiu produzir um primeiro documento que, após discussão ao nível de cada Comissão Local de Acompanhamento deveria, depois de sintetizado, ser posteriormente apresentado a 11 de Junho, no Dia do Desenvolvimento Rural – Feira da Agricultura de Santarém, perante o Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural.

Depois desta data, o documento continuou a receber as opiniões de diferentes ADLs e a apreciação das Comissões de Acompanhamento que entretanto foram reunindo, de maneira que estamos em condições, neste momento, de publicar um documento largamente consensual. Este documento foi de facto aprovado pelas seguintes CLAs: Entre-Douro-e-Minho, Trás-os-Montes, Beira Interior, Ribatejo-Oeste, Algarve e, na sua generalidade, pela Beira Litoral. No que diz respeito às regiões onde não foi possível reunir as CLAs, ou seja nos Açores, na Madeira e no Alentejo, muitas associações que as compõem têm manifestado a sua concordância. Além disso, as Associações Terras Dentro e Rota do Guadiana, em representação da CLA do Alentejo, entendem que, embora não estando em desacordo com o texto, não se deve ignorar o documento produzido anteriormente pela CLA do Alentejo, razão pela qual publicamos, em anexo, as principais recomendações do documento da CLA do Alentejo que, de facto, vem enriquecer as conclusões do presente documento.

De qualquer maneira, não se trata de um documento definitivo, mas sim de um documento de trabalho que poderá evoluir no tempo, à medida que as reflexões sobre os ensinamentos do LEADER para a concepção de políticas de desenvolvimento rural forem amadurecendo.

O documento está dividido em cinco partes, correspondentes às cinco questões fundamentais, a saber:

1. → O valor acrescentado do LEADER;
2. → As insuficiências e estrangulamentos do LEADER;
3. → As bases de uma nova política de Desenvolvimento Rural;
4. → O que deveria ser transferido para a nova iniciativa LEADER +
5. → O que deveria ser transferido para uma Política Nacional de Desenvolvimento Rural

Documento aprovado pelas Comissões Locais de Acompanhamento

1. → O Valor acrescentado do LEADER

Para ajuizar do valor acrescentado do LEADER, convém, a nível nacional, descrever sumariamente o contexto em que apareceu e o que representou ao longo dos tempos.

1.1 → O contexto: factores caracterizadores da crise do Meio Rural

O Meio Rural português tem vindo a alterar-se profundamente desde há cerca de 30 anos, com uma maior acuidade na última década. No início dos anos 70, a alteração, traduzida fundamentalmente por emigração e abandono de algumas actividades agrícolas dada a escassez de mão de obra, era considerada pelos poderes públicos como benéfica. Na década seguinte, porventura até metade dos anos 90, já assumida como crise, esta alteração foi considerada como uma consequência inelutável da modernização empreendida para o sector agrário. Resumem-se a seguir as características principais dessa crise:

- Desertificação humana e envelhecimento da população,
- Aumento do desemprego e subemprego,
- Aumento da exclusão social e de bolsas de pobreza,
- Degradação dos recursos naturais e do ambiente,
- Desequilíbrio e enfraquecimento do tecido produtivo,
- Desaparecimento de culturas e saberes tradicionais.

Estas posturas, assumidas não só pelo poder mas também pela sociedade civil urbana e industrial, determinaram que não se pensasse em políticas de desenvolvimento rural, até porque em tempos de escassez de meios havia outros sectores mais reivindicativos e mais próximos do poder.

Apenas algumas associações sem fins lucrativos, resultantes de parcerias genuínas, dispersas pelo espaço rural nacional e isoladamente, iam realizando um trabalho militante de abordagem das populações rurais, e com elas iam descobrindo e valorizando as competências locais e os recursos de cada território, articulando a diversidade dos interesses e necessidades das populações. Dessas actuações resultaram acções extremamente inovadoras para a época, mas de efeito limitado pelo isolamento, e condicionadas à continuidade da acção.

1.2 → LEADER e Desenvolvimento Rural

Em 1991, a Comissão Europeia, preocupada com a crise do Mundo Rural europeu, que as sucessivas versões da PAC agravaram (separando agricultores e não agricultores, com uma lógica produtivista geradora de desemprego), decidiu criar um Programa de sua iniciativa, que perfilhando os princípios do Desenvolvimento Local – Parcerias, Territorialização, Descentralização, Inovação, “de baixo para cima” – viesse combater por dentro a desertificação das zonas rurais, contrapondo-se ao assistencialismo e criando as condições para a sua revitalização endógena.

Foi o PROGRAMA DE INICIATIVA COMUNITÁRIA LEADER, que veio a ser implementado em Portugal por 20 Associações de Desenvolvimento Local umas já existentes, outras criadas com essa finalidade. A maior parte delas integrava autarquias e várias instituições locais privadas (Cooperativas, Caixas de Crédito, Associações Culturais, etc.) como parceiras.



foto: João Rangel © Isto é

A condução do programa LEADER I, de 1991 a 1994, deu uma certa visibilidade ao LEADER e às Associações, de tal forma que no LEADER II o número delas cresceu para 48, cobrindo todas as zonas rurais do país excepção feita às zonas peri-urbanas e a algumas zonas costeiras (ou seja, 84% da superfície do território nacional).

De facto, o lançamento do programa em 1991 funcionou como um impulso decisivo para o movimento associativo virado para o desenvolvimento local em meio rural, porque veio dar às associações meios de concepção e implementação de um programa de acção e de projectos. Provocou o aparecimento de associações em todo o país e ofereceu um quadro legitimador do papel das associações de desenvolvimento local, como parceiro local, implementando uma abordagem territorial num território rural bem definido.

Entende-se desde logo, pela filosofia contida nos documentos que precederam a criação do Programa e nos que foram sendo produzidos ao longo da sua vigência, que o LEADER não ia gerar desenvolvimento a curto prazo mas ia, sim, proceder à instalação duma metodologia que a ele conduziria. Esse entendimento era confirmado pelos valores financeiros em causa que, não sendo abundantes, eram satisfatórios para a prática e difusão desta metodologia, mas claramente insuficientes para melhorar de imediato os níveis de bem estar.

De imediato se deve inferir que os efeitos visíveis e mensuráveis do Programa (número de empresas criadas e apoiadas, número de empregos criados, infra-estruturas apoiadas, etc.) não seriam de grande dimensão a curto prazo. Mas, mesmo com meios financeiros reduzidos, o Plano de Iniciativa Comunitária LEADER mostrou capacidade de gerar efeitos imateriais muito importantes, como a mobilização dos actores locais, parcerias locais, reconstituição/criação de uma identidade territorial, criação de redes, etc., efeitos fundamentais para permitir o arranque de um processo de revitalização das zonas rurais e de inversão das tendências de desertificação. Mesmo nestas condições, os efeitos materiais directos foram muito significativos em relação aos montantes globais investidos (número de empregos criados, etc.). Além disso, fica a dever-se à existência das equipas LEADER a capacidade de atrair para o seu território recursos financeiros significativos que, sem a sua existência, nunca se teriam conseguido cativar, comprovando a especificidade do LEADER de ligação entre as acções de desenvolvimento da economia rural.



foto: João Rangel © Isto é

cont. pág. 11

1.3 - As sete especificidades do LEADER

Estes efeitos imateriais do LEADER, essenciais num processo de desenvolvimento, podem ser descritos de acordo com 7 especificidades do PIC LEADER,

→ Uma nova concepção do Desenvolvimento Rural - a Inovação rural

Baseada:

→ na proximidade dos territórios - Abordagem territorial

→ na proximidade dos cidadãos - Abordagem a nível local

→ na proximidade dos seus projectos - Descentralização das decisões

E criando ligações:

→ entre as actividades - Desenvolvimento integrado

→ entre os cidadãos - Parceria local

→ entre os territórios - Organização em rede

a) Uma nova concepção do Desenvolvimento Rural: Inovação

→ O LEADER introduziu um novo conceito que veio demonstrar que desenvolvimento agrícola não é o mesmo que desenvolvimento rural e que aquele não induz necessariamente este. Pelo contrário, ele tem que assentar no desenvolvimento harmonioso de todas as vertentes da vida humana, considerando o indivíduo e a comunidade. Assim o LEADER traz:-

→ Uma nova concepção do Desenvolvimento Rural com a abordagem integrada, o planeamento e a planificação enquanto formas de abordagem, em contraponto às "tradicionais" iniciativas sectoriais.

→ Um contributo decisivo para a visibilidade da problemática do mundo rural.

b) A proximidade dos territórios: Abordagem territorial

A abordagem territorial permitiu a estruturação de estratégias locais de Desenvolvimento Rural. Assim o LEADER ligou o desenvolvimento às competências locais, sejam humanas, sociais, culturais ou ambientais, e veio revalorizar as especificidades dos territórios, generalizadamente esquecidas, quer seja a nível dos produtos locais, das tradições e dos saberes fazeres tradicionais, do património cultural, ou outras, apostando nos recursos endógenos.

c) A proximidade dos cidadãos: Abordagem local

O LEADER assentou na satisfação das necessidades do homem e da mulher rurais, atribuindo-lhes o papel de actores e destinatários do desenvolvimento, retomou a solidariedade como valor estruturante. A animação cultural para o desenvolvimento foi utilizada para despertar nas pessoas o sentido da evolução, da descoberta e da utilização das suas próprias capacidades e da clarificação do verdadeiro sentido do desenvolvimento e do caminho a percorrer, enfim, do reforço da auto-estima. Assim o LEADER permitiu:

→ A animação sociocultural e económica do mundo rural.

→ A concepção e desenvolvimento de metodologias participativas.

→ O fortalecimento da participação da sociedade civil - mais democracia e mais cidadania

Além disso, o LEADER permitiu a fixação de equipas técnicas a nível local, o que foi um elemento chave do processo de criação de competências locais.

d) A proximidade dos projectos: Descentralização das decisões

Graças à descentralização das decisões, nomeadamente à autonomia na apreciação e aceitação de projectos, o LEADER atribuiu a responsabilidade da formulação dos anseios e insatisfações e do modo, ritmo e nível da procura de soluções às

pessoas do local, adaptando-se melhor às realidades locais.

e) A ligação entre os projectos: Desenvolvimento integrado

O LEADER exigiu que a integração de todas as vertentes da vida no mundo rural sejam consideradas num plano global, não sendo este um mero somatório de investimentos ou acções. A interacção dessas diversas vertentes tem que ser estudada no momento do planeamento, exigindo uma estimativa dos efeitos após a intervenção, para precaver desequilíbrios e estrangulamentos.

f) A ligação entre os cidadãos: A parceria local

O LEADER veio criar a necessidade de partilha dos poderes e dos saberes de cada um, veio transportar a solidariedade do nível do quotidiano para o da construção do futuro, sublinhando que esta não é individual mas colectiva, não inclui apropriação, mas dádiva e lembrando, ainda, que a colaboração das pessoas se obtém mais facilmente se ela estiver "por dentro", isto é, implicada. As A.D.L.s têm a sua maior expressão com o LEADER. A afirmação do movimento do Desenvolvimento Rural e das A.D.L.s não se esgota no LEADER mas está fortemente ligado ao LEADER. Assim o LEADER permitiu:

→ A autonomia da decisão.

→ O carácter apartidário da intervenção das ADL's.

→ A montagem de significativas parcerias locais.

A autonomia das ADL's foi um factor essencial para que cada uma encontrasse a melhor forma de construir a parceria local, levando a uma diversidade de situações que faz a riqueza do movimento.

g) A ligação entre os territórios: a organização em rede

O LEADER veio mostrar que as preocupações, constrangimentos e obstáculos, mas também os sucessos, são idênticos em muitos locais, sendo a troca de experiências enriquecedora eliminando etapas nos processos de desenvolvimento, permitindo alargar os horizontes culturais e o espaço de exercício da tolerância e do diálogo.

Permitiu assim a criação de redes nacionais e internacionais, ainda que com grande potencial para explorar.

Em conclusão, a mais valia do LEADER vem do facto de ser, tal como o seu nome indica, um programa de LIGAÇÃO ENTRE ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA RURAL. Aqui aparece bem identificado o seu carácter horizontal.

2. - As insuficiências e estrangulamentos do LEADER

Naturalmente que um Programa tão inovador relativamente às tradições e concepções da maioria dominante em Portugal, encontrou dificuldades e limitações que podem ser analisadas, também, ao nível das sete especificidades referidas:

a) Uma nova concepção do desenvolvimento rural: Inovação

Como metodologia inovadora relativamente às tradicionais políticas de desenvolvimento espartilhadas entre sectores e caracterizadas pelo centralismo, isto é, pela implementação de soluções técnicas "de cima para baixo", a sua aplicação esbarrou às vezes contra os poderes intermédios e locais, que dificultaram a partilha desse mesmo poder. Ao nível local, os principais obstáculos foram a inexperiência de diálogo e de parceria.

b) A proximidade dos territórios: Abordagem territorial

Observou-se por vezes uma certa ausência de estratégias articuladas entre todos os intervenientes nos processos de desenvolvimento, bem como carência dos necessários compromissos financeiros. Isto porque não houve um programa

nacional de desenvolvimento rural e os diversos instrumentos disponíveis provenientes de vários departamentos estatais continham objectivos e exigências por vezes contraditórias, criando desta forma dificuldades acrescidas à compatibilização local dos diversos apoios.

c) A proximidade dos cidadãos: Abordagem local

Sendo um princípio generalizadamente aceite, mesmo assim foi difícil, nalguns casos, motivar a população ou os parceiros, bem como cuidar da integração e articulação dos projectos com os interesses globais e genuínos da comunidade.

d) A proximidade dos projectos: Descentralização das decisões

Não existem instrumentos financeiros integrados ou concertados adequados a uma verdadeira política de desenvolvimento rural.

A transição temporal entre programas é um dos problemas mais graves do desenvolvimento rural, gerando dificuldades financeiras às ADL's, desmobilizando as equipas técnicas e quebrando as dinâmicas iniciadas, pondo em causa todo o processo.

Por outro lado, a limitação dos instrumentos financeiros a subsídios, não permitiu utilizar todos os efeitos mobilizadores e multiplicadores de outros financiamentos como, por exemplo, créditos, fundo de garantia, capital risco, etc.

e) A ligação entre os projectos: Desenvolvimento integrado

O desenvolvimento integrado lançado pelo LEADER ficou, por enquanto, limitado às áreas que o próprio programa já incluía (essencialmente artesanato, produtos locais e turismo rural). Por isso verificou-se ainda:

→ Pouca articulação com os problemas agrícolas.

→ Falta de ordenamento do território rural.

→ Falta de medidas de carácter social e de combate à exclusão social

No entanto, há que realçar o trabalho realizado pelas Associações no sentido de alargar a sua actuação através de outros programas, permitindo iniciar um verdadeiro desenvolvimento integrado alargado.

f) A ligação entre os cidadãos: A parceria local

Por vezes as parcerias não foram tão ricas como seria desejável, nomeadamente na participação de parceiros não públicos, considerando que é necessário alargá-las e utilizar melhor a complementaridade das competências materiais e imateriais de cada parceiro.

g) A ligação entre os territórios: A organização em rede

É necessário aprofundar a solidariedade, a cooperação e a entre-ajuda entre as ADL's.

Em conclusão, a utilização de financiamentos complementares do LEADER foi necessária para afirmar a própria metodologia e especificidade do LEADER. As ADL's actuaram neste sentido utilizando da melhor maneira possível os financiamentos disponíveis e este alargamento a outros financiamentos foi um elemento essencial de consolidação das ADL's e da sua capacidade de animação local. No entanto, a falta de coordenação a nível nacional entre as políticas de intervenção no meio rural, não permitiu afirmar plenamente a abordagem territorial a nível local.

3. - Bases para uma política de Desenvolvimento Rural

3.1 - Bases gerais

As principais conclusões dos ensinamentos do LEADER para o aprofundamento de uma Política de Desenvolvimento Rural são as seguintes:



Lisboa, 3 a 11 de Julho de 1999

Mostra do Mundo Rural

" ESTÁ LINDA A FESTA PÁ"

Estão de parabéns todos quantos trabalharam para tornar possível esta demonstração das novas dinâmicas existentes no Mundo Rural Português.

Muito especialmente as Associações de Desenvolvimento Local "ADLs"

pelo enorme esforço desenvolvido.

Realizar tudo o que ali se pode ver em menos de 40 dias, exige, mais do que responsabilidade profissional, empenho e entrega, só possíveis, quando motivações e valores mais altos se levantam, valores que nada têm a ver com os interesses materiais e imediatistas tão em voga nos dias que vivemos.

A determinação e vontade de demonstrar, de forma concreta, as capacidades e competências existentes no interior do País, tantas vezes ignoradas ou mal compreendidas, foi assumida de maneira incontestável e digna de elogio.

É de enaltecer igualmente o apoio decisivo dado pelo Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas através da Direcção Geral do Desenvolvimento Rural, assim como o de outras entidades públicas e privadas pela sua participação directa ou indirecta.

Registamos igualmente com agrado a tendência, já visível, para a realização de parcerias efectivas entre as diversas Entidades locais gestoras do Programa LEADER, renunciando uma disponibilidade e capacidade de

trabalho em rede, que muito pode contribuir para potenciar e otimizar a utilização dos recursos financeiros e humanos disponíveis.

Se por mais não fosse, já haveria motivos de satisfação!

Contudo, não é próprio de quem trabalha para o Desenvolvimento local, rural ou urbano, repousar sob as satisfações do já adquirido, cada ponto de chegada é um novo ponto de partida para objectivos continuamente renovados e mais eficazes na luta constante por mais equidade e maior coesão social.

Para retirar uma justa recompensa do esforço despendido, era importante que a afluência do público de Lisboa fosse significativa. Talvez neste aspecto tenhamos ficado um pouco aquém do desejado. Fazendo e aprendendo, é assim o processo de Desenvolvimento.

Pessoa & Lugares, Jornal da Célula de Animação da Rede Portuguesa LEADER II, nascido antes do tempo previsto para se poder associar a este evento e contribuir para uma maior divulgação do que aconteceu e ainda irá acontecer, saúda todos os actores do acontecimento e faz eco das

reivindicações manifestadas em relação à necessidade da existência duma política nacional de Desenvolvimento Rural, de lógica territorial, com maior possibilidade de articulação a nível local.



A Mostra do Mundo Rural é uma grande exposição de actividades ligadas ao mundo rural com o objectivo de mostrar o que está a ser feito para a defesa e valorização das zonas rurais. Novas filosofias de actuação e apoios, como por exemplo, o Programa LEADER, têm vindo a dar importantes contributos neste sentido.

Esta Mostra tem como expositores as Associações de Desenvolvimento Local (ADL's), associações de agricultores, cooperativas e empresas agrícolas, artesãos, empresas de restauração com gastronomia regional, e instituições públicas e privadas com intervenção no meio rural.

De destacar o empenho e esforço das 48 ADL's LEADER do nosso país em participar nesta Mostra, fazendo tudo o que era necessário para a sua realização. Distribuídas pelos cerca de 4.500m² (a área total do pavilhão são 10.000m²) reservados às Regiões, as associações LEADER são uma presença importante, senão a mais importante. Enquanto actores de desenvolvimento rural, as Associações têm na Mostra do Mundo Rural uma oportunidade para darem a conhecer a todos o que têm vindo a fazer em prol do desenvolvimento rural.

A gastronomia e o turismo rural também estão presentes. A primeira através de seis "Tasquinhas" representando as Regiões de Trás-os-Montes, Entre Douro e Minho, Beira Interior, Região Oeste, Açores e Alentejo. Estrategicamente distribuídas pelos dois lados do pavilhão estas "Tasquinhas" estão preparadas para saciar a fome e a sede dos expositores, organizadores e visitantes ao longo da semana da Mostra. Quanto ao turismo rural, os Centros Rurais presentes, que cobrem todo o país, são igualmente promotores do nosso património paisagístico e arquitectónico, têm aqui uma oportunidade para fazer ver e valer o seu papel.

A Mostra do Mundo Rural é também uma mostra etnográfica. Existe um espaço com 288 m² dedicado ao futuro Museu Agrário da Região Algarvia, pertença da Direcção Regional de Agricultura do Algarve e fruto de um protocolo com a Câmara Municipal de Tavira. Uma exposição das alfaías agrícolas através dos tempos, provenientes do Museu Agrícola de Entre Douro e Minho mais conhecido por Museu de Vairão (Vila do Conde). Aqui faz-se ainda uma homenagem ao pão, ao vinho (num país como Portugal, o vinho não pode ser esquecido), e ao linho.

Compõem a zona de exposições outros dois: um com 54 m², dedicado à Exposição "Agricultura e Ambiente"; outro sobre o Programa LEADER. A exposição LEADER, organizada pela Célula de Animação da Rede, é uma exposição itinerante, apresentada pela primeira vez na Mostra e que permite uma divulgação dos principais métodos e objectivos da intervenção LEADER junto do grande público.

Numa área, denominada institucional, com 495 m², estão presentes, entre outras instituições, o Ministério da Agricultura.

Ocupando uma área de 170 m², estão presentes organizações privadas ligadas de alguma forma ao mundo rural.

No total, estão presentes uma centena de expositores apresentando stands de grande qualidade estética e excelente harmonização entre o tradicional e o inovador.

Há ainda um espaço – o Palco, com cerca de 70 m², destinado à actuação dos grupos de cantares e ranchos folclóricos que fazem parte do programa de animação da Mostra. Se contarmos também com a animação fora do palco e no exterior, são 60 os espectáculos previstos acontecer ao longo de toda a semana da Mostra.

Números que não deixarão de causar alguma satisfação a todos aqueles que trabalharam para a realização desta "Viagem à Nossa Terra".



Números e nomes da Mostra



Animação da Festa

A música, o teatro, as danças e os cantares regionais vão exibir-se todos os dias no palco da Mostra, das 17 horas à meia-noite aos sábados e domingos.

Do programa de Animação da Mostra do Mundo Rural consta um cortejo do mundo rural, degustações, acontecimentos culturais, espectáculos de música popular portuguesa, folclore e artesãos a trabalhar ao vivo.

O Cortejo do Mundo Rural, que se realiza todos os dias, nos dias da semana às 16h30 e aos sábados e domingos às 15h, decorre no exterior da FIL, e dá início à festa: Conduzidos pela Máquina de Peregrinar "Memoriar", do teatro ACERT, ("O Cidista" que fez parte da Expo'98), grupos etnográficos, e ranchos folclóricos percorrem a Alameda dos Oceanos evidenciando a riqueza dos trajes e dos utensílios das regiões de onde vêm. Os Gigantones de Ladares e os Bombos vão no fim e impressionam quase toda a gente. Sobre tudo os mais jovens.

No exterior da Mostra e no recinto há animação com caretos, gigantones, gaiteiros, zés-pereiras e bombos. Há ainda um espaço para desportos radicais.

Mas a Mostra do Mundo Rural apresenta, para além do Cortejo, mais de 60 espectáculos em palco, assim programados:

Sábado, dia 3 – 18 h, Filarmónica de Borba; 18h30, Grupo Coral dos Trabalhadores de Montoito; 19h, Pauliteiros; 20h, Rancho Folclórico da Luz de Tavira; 21h, Grupo Etnográfico de Trajes e Cantares de Gumieiras, e às 22h, Banda Filarmónica Silvense.

Domingo, dia 4 – 16h, Grupo Folclórico de Vieira do Minho; 17h, Banda Filarmónica do Centro Cultural de Farnalhão; 18h, Grupo Folclórico de Calheiros; 19h, Grupo Juvenil de Acordionistas de S. Brás de Alportel; 22h30, Rancho Folclórico Rosas do Lena.

Segunda, dia 5 – 18h, Grupo de Cantares de Covide; 20h, Ceia Queirosiana na Tasquinha Entre-Douro e Minho (para convidados); 21h, Grupo das Pedrinhas de Arronches; 22h, no stand DOLMEN Agroteatro.

Terça, dia 6 – 18h, Grupo de Cantares ao desafio da Póvoa do Lanhoso; 19h, Greog Moore e os Macacos de Évora; 20h, Rancho Folclórico de Podas e Vindimas com desfile de trajes regionais (Região Oeste); 21h30, grupo Ex-Libris de Pombal.

Quarta, dia 7 – 18h, Filarmónica União Sardolense (Ribatejo); 19h, Tuna de Professores de Cabeceiras de Basto; 20h30, Rancho Folclórico da Casa do Povo do Pego; 21h30, Grupo de Música Popular da Associação Fernão Mendes Pinto (Beira Litoral).

Quinta, dia 8 – 18h, 19h, Cortejo Etnográfico de danças e cantares de Fervedo e Mata (encenação do Ciclo do Linho); 21h, Grupo Coral e Instrumental da Câmara Municipal de Almodôvar; 23h, fogo preso.

Sexta, dia 9 – 18h, Rancho Folclórico da Camacha (Madeira); 19h, Grupo Folclórico da Casa do Povo de Vila Nova Ilha Terceira – Açores; 19h30, Sociedade musical Gouviense; 20h, Grupo Folclórico da Golegã; 21h, Grupo de Cantares "A Adiafa"; 21h30, Grupo Juvenil de Cavaquinhos de Sta. Maria do Monte; 22h15, Orfeão "Cantar Nosso"; 23h15, Grupo de Cantares de Sta. Maria do Monte.

Sábado, dia 10 – 15h30, Rancho Folclórico da Camacha (Madeira); 16h30, Grupo "Jogo do Pau" de Busco; 17h, "Vozes ao Luar" (Açores); 18h30, Duo Instrumental (Açores); 19h30, conjunto Etnográfico de Moldes de Danças e Corais Arouquenses; 20h30, Tuna S. Faustino de Fridão; 21h, Grupo Belaurora de cantos tradicionais Açorianos; 21h45, Orquestra ORFF de Farminhão; 22h30, Grupo de Cantares da Serra do Caldeirão "Moçolias" (Algarve); 23h15, coro Sociedade Filarmónica "Harmonia Reguenguense".

Domingo, dia 11 – 16h, Banda Filarmónica da Aldeia de João Pires; 16h30, "Vozes ao Luar" (Açores); 18h, Banda dos Bombeiros Voluntários de Aljezur; 20h, Rancho Folclórico de Odiãxere.

O mundo rural despede-se da cidade de Lisboa com um espectáculo de teatro – "Au Gaciar" – viagem teatral pelos finais do Milénio" (teatro ACERT), às 22 horas de domingo, dia 11, e com fogo de artifício sobre o Tejo à meia-noite.



O que se viu

O momento mais importante da Mostra, até à data da publicação deste Jornal, terá sido, sem dúvida, a inauguração presidida pelo Presidente da República. Acompanhado pelo Ministro da Agricultura, Capoulas Santos, o Director-Geral do Desenvolvimento Rural, Miguel Freitas, e por outros responsáveis ligados ao mundo e desenvolvimentos rurais, Jorge Sampaio fez questão de visitar todos os expositores presentes no pavilhão 4 da FIL.

O passeio guiado pelo Director-Geral do Desenvolvimento Rural captou a atenção dos expositores e visitantes. No final da visita Jorge Sampaio mostrou-se surpreendido com a "vitalidade" dos produtos nacionais, e, durante o contacto com os responsáveis dos stands, e artesãos, não economizou palavras, dando "parabéns" e dizendo "bom trabalho" várias vezes.

Enquanto Jorge Sampaio fazia a sua visita, um cortejo etnográfico - o Cortejo do Mundo Rural, percorria, pela primeira vez, a Alameda dos Oceanos. Promovido pelo Trigo Limpo - Teatro ACERT, de Tondela, o desfile integra "O Ciclista" que fez parte da Peregrinação da Expo'98, este cortejo realiza-se todos os dias, sensivelmente à mesma hora, no espaço exterior da FIL.

Ainda no dia inaugural da Mostra uma outra visita ilustre marcou presença. Laurent Van Depoele, director do Desenvolvimento Rural da Direcção-Geral VI, disse acerca da Mostra que "esta é uma das melhores publicidades que se pode fazer ao programa LEADER", e que "esta exposição é uma boa ilustração do que significa viver no campo com boas condições".

Para além da animação em palco, a exibição dos grupos de cantares, bandas, ranchos folclóricos, alguns stands são animados por artesãos. Tentando trabalhar como se estivessem no seu ambiente natural, os artesãos executam algumas peças, para goáudio dos visitantes, que desta forma podem testemunhar algumas das actividades e ofícios ilustrativos do mundo rural. Os visitantes foram ainda convidados a provar e comprar os produtos tradicionais que cada região levou à Mostra. Mel, enchidos, pão e vinho, carne e azeite, licores e frutos, e doçaria regional. Houve ainda provas de vinhos nalguns dos stands.

As "tasquinhas" do recinto da Mostra mostraram-se capazes de responder ao apetite dos visitantes, e tanto quanto se sabe, de forma eficaz e satisfatória.

Mas ainda antes da abertura oficial da Mostra muito se fez. Durante os três dias que antecederam a abertura, o cenário foi bem diferente. O trabalho de montagem, muitas vezes ignorado, é a base do sucesso de um stand. Para uns mais fácil que outros, e com mais ou menos contratempos, todos, graças à força de vontade dos expositores, nalguns casos, com muito esforço, conseguiram, a tempo e horas, e ainda que, por vezes, fora do horário pré-estabelecido para as montagens, ter os stands prontos, com mais ou menos variações ao projecto inicial.

Ao longo dos próximos dias muito mais se verá. No próximo número, o "Pessoas e Lugares" dará conta dos momentos mais significativos desta festa do campo na cidade.

O que se verá

Até Domingo, dia do encerramento, da Mostra, o programa de animação continua com a actuação dos grupos já referidos (ver Programa). O dia de sábado apresenta muitos atractivos no seu programa. Entre outros, destaca-se a actuação do Rancho Folclórico da Camacha (Madeira), às 15 horas e trinta minutos; "Vozes ao Luar", dos Açores, às 18 horas e trinta minutos, o grupo Belaurora de cantos tradicionais açoreanos, às 21 horas e quarenta e cinco minutos, e as "Moçoilas" - Grupo de Cantares da Serra do Caldeirão (Algarve).

No Domingo vai acontecer o momento por muitos aguardado com alguma expectativa.

A responsabilidade deste momento é do grupo Trigo Limpo teatro ACERT. Tanto mais que será uma estreia.

O espectáculo intitulado "Au Gaciár - viagem teatral pelos finais do Milénio", tem por guião a obra de Hillel SCHWARTZ "Os Finais de Século", trata das superstições e medos ligados ao imaginário popular dos finais de século e de milénio, e é uma encenação de José Rui Martins.

Esta produção teatral assenta numa cenografia e figurinos inspirados no mundo fantástico de Hieronymus Bosch, incidindo a representação em jogos teatrais de grande impacto visual, sonoro e coreográfico.

Para além das construções cenográficas, há uma forte componente de pirotecnia na montagem do espectáculo.

A equipa do Trigo Limpo teatro ACERT, é constituída por 17 actores, músicos, dançarinos e quatro técnicos. Mas poderá aumentar se o convite que a equipa do teatro ACERT for aceite pelos participantes da Mostra.

Para se ter ideia da grandeza da cenografia deste espectáculo, talvez baste dizer que mais de 20 toneladas de material foram transportadas para o local.

- O Programa LEADER revelou-se, até ao momento, o mais adequado instrumento de política a operar o Desenvolvimento Rural em espaço nacional. Foi realizado a nível experimental durante 8 anos, com financiamentos limitados (fala-se do "laboratório" LEADER). Tendo em conta o sucesso da Iniciativa e o seu grande impacto na criação das condições para a revitalização das zonas rurais, tudo indica que se deve agora passar-se a uma fase de implementação de uma Política Nacional de Desenvolvimento Rural, baseada na metodologia do LEADER e nas suas sete especificidades, mas que não se limite a esta iniciativa comunitária, cobrindo todo o espaço rural nacional.
- O facto de as sete especificidades do LEADER terem sido largamente difundidas e praticadas quotidianamente pelos técnicos e animadores das ADL's, nomeadamente no seio da maioria das parcerias conseguidas, tal como nas ligações pontuais com outras pessoas e instituições (acabando por se sentir que tais princípios entraram no discurso normal de muitos políticos e técnicos), constitui um dado adquirido, fundamental para o lançamento de uma tal política.
- Dessa prática resultou uma multiplicidade geográfica de dinâmicas sociais, culturais e económicas que o efeito rede vai aglutinando a uma dimensão única e nacional. Esta deve ser considerada a demonstração da capacidade do Mundo Rural de, pela sua própria decisão e iniciativa, melhorar o seu estatuto económico, social e cultural e demonstra também ao Poder Central, que é este o modelo correcto - de efeitos lentos mas seguros - para uma

- o entendimento de que o Desenvolvimento Rural não pode viver só de iniciativas comunitárias, mas que o QCA deverá ter um papel importante no apoio das respectivas políticas nacionais.
- a criação e ou difusão das práticas de debate e reflexão em torno da problemática do desenvolvimento rural/local atribuindo nomeadamente às Comissões Locais de Acompanhamento um papel mais activo e interveniente,
- identificar e corrigir os erros cometidos, melhorando qualitativamente a intervenção da administração central e local e das ADL's,
- aprofundar as parcerias e operacionalizar as redes nacionais e transnacionais (nomeadamente europeia, CPLP, Magreb e PECO).

Em conclusão, reafirma-se que é necessário fazer uma Política Nacional de Desenvolvimento Rural que complemente o LEADER + e assegure a possibilidade de uma abordagem territorial de tipo LEADER em todo o território rural português não abdicando do carácter horizontal do Programa, e que garanta as condições adequadas às necessidades específicas de cada zona, prevendo, sempre que necessário, mecanismos de compensação para assegurar homogeneidade e igualdade de oportunidades.

4. → O que deveria ser transferido para a nova Iniciativa LEADER +

agora, justificando-se porventura tal facto pela circunstância de o QCA II estar já formatado na altura.

Parecem agora reunidas as condições para, dispondo de uma vontade política expressa e de governantes responsáveis e conhecedores do país real, dispondo de um novo QCA e dispondo ainda de um capital de inestimável valor representado por mais de 200 animadores e técnicos de desenvolvimento local em meio rural, trabalhando em estruturas já constituídas e seguindo um modelo de sucesso, se proceder à formulação duma verdadeira Política de Desenvolvimento Rural. A continuação do Programa LEADER, que se tem por inquestionável, tal como a sua cobertura em todo o espaço nacional, será uma parcela dessa Política, mas insuficiente, sobretudo dado o atraso com que se parte.

ANEXO

Principais conclusões do documento produzido pela Comissão Local de Acompanhamento do Alentejo em Fevereiro 1999

(...)

"Reafirma-se a necessidade de entendimento deste documento como uma síntese das contribuições até ao momento possíveis, para a reflexão em torno do Programa LEADER, a qual se deseja de maior profundidade e alargada ao conjunto das entidades com responsabilidades na aplicação da Iniciativa.



Política de Desenvolvimento Rural alargada a todo o país.

- Um dos ensinamentos mais importantes do LEADER em Portugal foi o modo e a força com que mostrou que a ligação com outros programas, financiamentos e apoios no seio das associações de desenvolvimento local, é um factor de reforço da abordagem LEADER. Tudo indica que hoje se deve ir mais longe neste sentido, nomeadamente alargando a abordagem territorial a outros sectores, abrindo novas formas de parceria em redor de associações de desenvolvimento local e alargando e coordenando os instrumentos de intervenção. Tudo isto implica que sejam ultrapassados os limites duma orientação que ficou, até hoje, por um nível experimental, para a transformar numa linha de comportamento político dos programas de desenvolvimento rural. O caminho está, pois, traçado no sentido de sistematizar este alargamento de competências e de intervenção com instrumentos adequados.

3.2 → Bases mais específicas

São considerados fundamentais para uma Política de Desenvolvimento Rural:

- o ordenamento do território rural,
- a existência de instrumentos financeiros, técnicos, tecnológicos, administrativos e fiscais de ordenamento do espaço rural,
- a articulação entre todas as entidades locais e regionais com políticas e medidas adaptadas aos territórios, devendo todos assumir claros compromissos políticos e financeiros,
- a articulação, flexibilidade e a integração de projectos,
- a inclusão de medidas de carácter social e de combate à exclusão social, as quais são indispensáveis à intervenção,
- o entendimento de que o Desenvolvimento Rural é um processo e uma luta pelo aprofundamento da democracia e não um produto.

Dispondo-se de pouca informação sobre os contornos do novo Programa, parece ser de insistir, como o vêm fazendo as ADL's, pelo menos desde a última Comissão Nacional de Acompanhamento, que o País, representado pelo Governo e pelas ADL's, pressione os poderes europeus no sentido de que esses contornos sirvam a Portugal. Deixam-se aqui, desde já, dois pontos que se entendem relevantes:

- manutenção da cobertura de todo o espaço nacional com eventual diminuição da dimensão de algumas zonas de intervenção;
- não subordinação dos PAL a temas específicos ou sectoriais porque isso seria a negação dos conceitos de global e territorial.

Além disso, recusa-se a ideia de programas LEADER + definidos na base de tema ou grupos alvos, tal como referido no documento da Comissão Europeia, porque tais temas ou grupos alvos enquadram-se numa abordagem sectorial que entra em completa contradição com uma abordagem territorial.

5. → O que deveria ser transferido para uma política nacional de Desenvolvimento Rural

O Programa de Governo desta Legislatura, discutido e aprovado na Assembleia da República, contém uma análise extremamente correcta do panorama do Meio Rural nacional e aponta as linhas programáticas adequadas para continuar a empreender a modernização da agricultura portuguesa. Isto sem esquecer que o sector agrícola não trará o desenvolvimento rural que se pretende e que em largas áreas do solo nacional não é possível fazer agricultura que obedeça aos parâmetros exigidos, não obstante aí viver uma significativa parte da população portuguesa, tão merecedora de aceder aos padrões de bem estar como a restante. Esse Programa teve, porém, pouca tradução na prática governativa até

No pressuposto de serem consideradas para a reflexão que antecede a aplicação da IC, as contribuições que a CLA entende serem prioritárias são as seguintes:

- A manutenção das características de complementaridade em relação ao futuro QCA.
- A possibilidade de alargamento do espectro de intervenção passível de apoio da nova IC, nomeadamente projectos no sector primário e de intervenção educativa/formativa.
- Estabelecimento de uma estrutura flexível e indicativa para a concepção dos PAL's, de forma a promover a inovação metodológica face a tão diferenciados territórios.
- A revisão dos critérios de atribuição dos montantes afectos ao funcionamento das equipas dedicadas à implementação da Iniciativa, uma vez que a taxa inicialmente fixada de 15% (com indexação ao montante de investimento total) se vem revelando insuficiente e geradora de alguma injustiça.
- A criação de um sistema de acompanhamento e avaliação mais efectivo, que permita a análise no local das diferentes intervenções realizadas pelas entidades, da sua coerência com a estratégia e do aumento da visibilidade dos seus aspectos qualitativos. Tal sistema, deverá ainda contribuir para uma menor exigência burocrática, limitando assim o número e/ou o formato de relatórios com informação essencialmente quantitativa, que actualmente são exigidos às ADL's.
- No pressuposto do aumento de projectos no Alentejo ao abrigo da nova IC, consideram as EL's que actualmente possuem responsabilidades na gestão da IC Leader que a definição de novas Zonas de Intervenção deve com elas ser consensualizada por forma a dar continuidade aos Programas actuais. Naturalmente que tal obrigatoriedade de consensualização deve derivar da avaliação em curso os PAL's.

Documento aprovado em 23-02-99 em reunião da Comissão Local de Acompanhamento do Alentejo."

Animar a Rede Portuguesa LEADER II

...e o trabalho começou !

"Só agora" para uns, "porquê agora?" para outros. Muito diferenciadas têm sido as espontâneas reacções dos técnicos dos Grupos GAL ao início dos trabalhos da Célula de Animação da Rede Portuguesa LEADER II.

Existem os que receiam ser sobrecarregados com trabalhos adicionais às muitas e diversificadas tarefas que quotidianamente devem executar, influenciando negativamente a qualidade do seu acompanhamento à implementação concreta do Programa de Acção Local (PAL), sem que essa sobrecarga tenha efeitos benéficos a curto prazo.

Também existem os que, tendo já sentido a falta dessa ANIMAÇÃO DA REDE, lamentam o facto de só agora ter sido possível iniciar esse trabalho.

Apesar destas diferenças, para nós plenamente justificadas, é justo reconhecer que, de uma maneira geral, todos têm correspondido com entusiasmo e verdadeiro sentido de cooperação nas actividades propostas.

É sabido que quem tarde começa tem de andar depressa, e que, depressa e bem há pouco quem.

No presente caso, entendemos que sem pressas mas com determinação, responsabilidade e o dinamismo que se impõe, solidariamente, podemos fazer trabalho que se veja e se sinta, preparando-nos melhor para o exercício de animar e apoiar as populações para quem trabalhamos.

Os princípios pelos quais nos orientamos, os métodos que nos propomos utilizar, o esquema operativo a pôr em prática e os objectivos a atingir, foram já explicitados na proposta técnica apresentada ao Ministério e são conhecidos da generalidade dos Grupos LEADER.

No plano conceptual as propostas são conhecidas, resta verificar se na prática se adequam às realidades e se teremos ou não a capacidade necessária para, em tempo útil, ir fazendo os ajustamentos que se tornem necessários. Se seremos capazes de criar as condições objectivas e subjectivas para organizar tempos e espaços onde todos se possam exprimir e escutar mutuamente, valorizando e dignificando as experiências e reflexões de cada um, ao mesmo tempo que sintetizamos e difundimos o essencial das ideias, das práticas e dos exemplos. Se o conseguirmos, teremos razões para nos considerarmos razoavelmente satisfeitos.

O primeiro teste

O primeiro "Grupo de Proximidade" a servir de "teste" para a metodologia que tínhamos concebido, integra as Associações

AD.ELO — Associação de Desenvolvimento da Bairrada e Mondego

ADDLAP — Associação de Desenvolvimento do Dão, Lafões e Alto Paiva

ADICES — Associação de Desenvolvimento de Iniciativas Culturais, Sociais e Económicas

ADD — Associação de Desenvolvimento do Dão.

Aprende-se fazendo. Aprende-se sobretudo, quando temos a oportunidade de reflectir sobre o que fazemos.

As conversas desenvolvidas durante este primeiro encontro foram além das nossas expectativas.

O facto de ser possível alargar as discussões a técnicos e membros das equipas GAL que normalmente não se deslocam às reuniões e seminários, revelou-se muito importante.

Gente nova analisando de maneira diferente os problemas do Mundo Rural, aportando ao debate apreciações impregnadas da frescura própria de quem acredita no que faz e está disposto a contribuir para que o mundo seja mais justo e feliz.

Gente tecnicamente preparada e disponível para aprender e com muito trabalho feito a poder servir de inspiração a outros.

A génese destas quatro Associações, o processo que levou à sua criação pode e deve fazer-nos reflectir sobre o papel da formação nas dinâmicas de Desenvolvimento Local, rural ou urbano.

As mulheres e homens que hoje se encontram tecnicamente responsáveis pelo trabalho destas Associações, frequentaram acções de formação específicas relacionadas com as temáticas do desenvolvimento rural e local, a complementar diferentes formações universitárias clássicas. Acções essas que estão na origem da sua motivação para escolherem a actividade que hoje desempenham.

De realçar o facto de terem sido estes jovens técnicos a animar e sensibilizar muitos dos responsáveis pelas autarquias locais para a necessidade de criar estas Associações, dando eles próprios o exemplo ao investir em tempo e dedicação, por vezes durante largos meses, sem garantias de futuro nem remunerações imediatas.

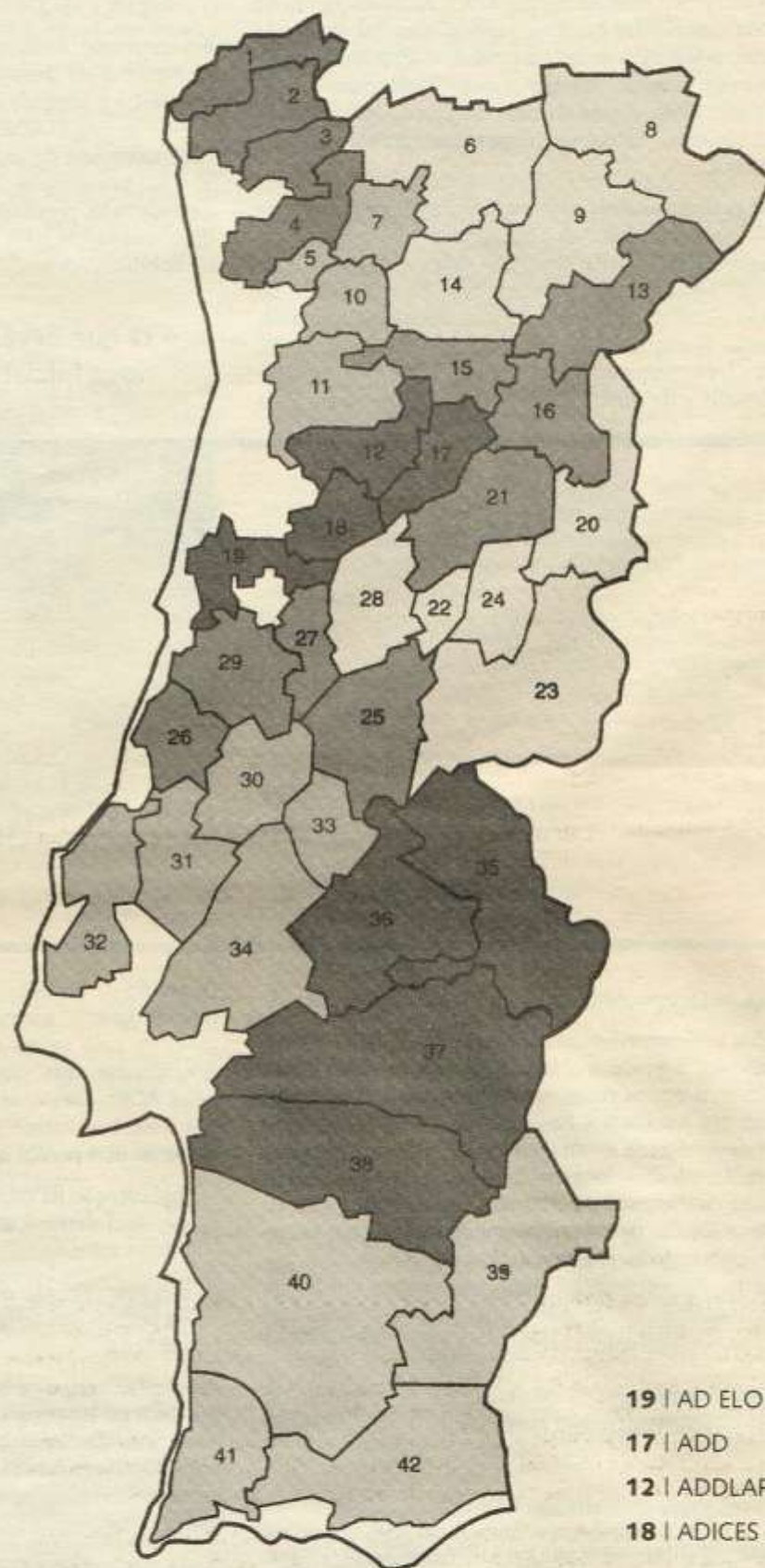
Em resumo, jovens que souberam pôr em prática a teoria aprendida, criando os seus próprios "empregos", mas muito mais do que isso, criando estruturas capazes de gerar emprego para outros, fixar competências jovens nas suas terras de origem e imprimir novas dinâmicas culturais, sociais e económicas nos territórios rurais.

Deste Encontro de Proximidade ficou-nos a convicção de que é urgente e decisivo para a consolidação do Desenvolvimento Rural, tornar visível e evidente a importância incontornável das Associações de Desenvolvimento Local para a revitalização do Mundo Rural Português.

Pela nossa parte faremos tudo o que esteja ao nosso alcance para divulgar não só a sua "existência" mas, e principalmente, demonstrar com exemplos, que neste País existem Pessoas e Lugares que não se resignam à fatalidade do seu progressivo declínio ou à alternativa do mero assistencialismo.

Concretizando o propósito, começamos neste primeiro número do Jornal da Célula, a apresentação das Associações de Desenvolvimento Local Gestoras do Programa LEADER II, esperando ter tempo e oportunidade para não nos limitarmos apenas a estas, porque outras existem, a dinamizar outros Programas e acções relevantes para o Desenvolvimento das zonas rurais. E não só.

CTM.



AÇORES



MADEIRA



AD ELO

Associação de Desenvolvimento Local da Bairrada e Mondego



A história da AD ELO - Associação de Desenvolvimento Local da Bairrada e Mondego começa bem antes da sua constituição. A ideia germina no Curso de "Promotores para o Desenvolvimento", promovido pelo Instituto de Desenvolvimento Agrário da Região Centro e Comissão de Coordenação da Região Centro, no início dos anos 90. Segundo Mário Fidalgo, coordenador do GAL, tal como aconteceu para a AD ELO, "várias instituições nasceram da formação". E mais, a "formação foi importantíssima, fundamental".

Quando Mário Fidalgo e António Santos decidem agarrar-se ao desenvolvimento local, vão para a luta, apoiando-se numa bagagem teórica bastante forte. No entanto, mesmo assim uma vontade de ferro e uma formação adequada não bastam para convencer os actores locais. Como conta Mário Fidalgo, "poucas expectativas foram colocadas nesta associação". Graças a uma conjugação de situações, "apanhámos dois Presidentes de autarquias eleitos pela primeira vez, pessoas com margem de pensamento bastante larga" conseguiram instalar-se porque "havia um campo de actuação, onde era possível trabalhar". Tudo isto pesou na balança. Assim como a estratégia da abordagem municipal. Como ponto de partida procederam à análise da situação regional. Depois, convocaram reuniões com Câmaras Municipais e chamaram as entidades "mais marcantes", Caixas de Crédito Agrícola, Cooperativas Agrícolas, IPSS, uma Escola Profissional da Mealhada e Associações de Melhoramentos. Estes constituem, desde 1994, data da fundação, os associados da AD ELO. A aposta vai sobretudo para as autarquias. O coordenador explica, "têm poder de orientação e um papel muito forte, é a primeira entidade com que nós trabalhamos". Quanto à questão da subordinação, não se põe, pois verifica-se uma "perfeita sintonia com a Direcção".

Agora a relação com a população: "Nos primeiros dois anos, a associação não significava nada para a população. Entretanto, esta realidade inverteu-se, através de canais de divulgação dos projectos nos meios de comunicação e canais de articulação com outros projectos. Tudo isto fez que nos últimos três anos conseguimos chegar junto de muitas pessoas". Tal como nas outras associações do Grupo de Proximidade, a AD ELO tem um pé em vários outros programas: Luta Contra a Pobreza, INTEGRAR, Estaleiro "Terravista", UNIVA, IQADE, Acções de Formação, e mais. Por trás desta multiactividade esconde-se também uma vontade fundamental para o presente e o futuro da associação: a independência. Isto significa também dar segurança ao trabalho, mantendo uma gestão rigorosa.

Quanto aos objectivos concretos no quadro do LEADER, partem todos duma realidade regional que tem de ser combatida: "os estrangulamentos". Daí pretende-se nomeadamente, reforçar a capacidade económica local/regional, modernizar o potencial económico, contribuir para uma melhor articulação entre o espaço urbano e o espaço rural, fortalecer a identidade da região e projectá-la. A equipa beneficia de uma qualidade comum à maior parte dos GAL: a juventude. Verifica-se esta característica em toda a actuação. Todavia não invalida outra vertente da AD ELO, a aposta nas sinergias locais. Assim, cada acção a desencadear deverá suscitar efeitos positivos de sinergias a nível local/regional.

A sede da associação, em Cantanhede, era antes o espaço de uma rádio local. A simbologia é forte. A visibilidade, a abertura e o poder de comunicação também pertencem às características da AD ELO. A casa convida a entrar.



Ficha técnica

Nome: AD ELO - Associação de Desenvolvimento Local da Bairrada e Mondego | **Morada:** Rua António Lima Fragoso, 22 • 3060 Cantanhede | **Telefone:** (031) 419550 | **Fax:** (031) 419559 | **E-mail:** adelo@mail.telepac.pt; adeloterravista@mail.telepac.pt

Presidente da Direcção: Rui Manuel Leal Marquieiro, Câmara Municipal de Mealhada | **GAL:** Mário Fidalgo (coordenador); Paulo Moço; António Santos; Fátima Silva | **Municípios:** Cantanhede, Mealhada, Penacova e Montemor-o-Velho | **Área:** 949,79 Km² | **População:** 98.535 habitantes

ADD

Associação de Desenvolvimento do Dão



A Associação de Desenvolvimento do Dão (ADD) teve um início de ano difícil. Saiu o Presidente da Direcção, Gabriel Costa e entrou o Vítor Pires, actual Presidente da Câmara de Penalva do Castelo. Mas não há mal, pois aqui mora uma divisão do poder eficaz e pacífica. A propósito, a ADD nasceu em 1994.

Fisicamente, a sede da associação integra-se no edifício da Junta de Freguesia. O que é, sem dúvida, neste caso, sinónimo de proximidade com a população. Os laços estabeleceram-se pouco a pouco. No início, as pessoas não percebiam muito bem o que era a associação e perguntavam, "se é aqui que se dá dinheiro da Comunidade Europeia"... É também uma questão de cultura e de história. Como explica Emanuel Ribeiro, coordenador do GAL, referindo-se a outro tipo de associação, a associação de produtores, "não somos Norte, nem somos Sul. No Alentejo as pessoas associaram-se, aqui não, aqui é salve-se quem puder". O trabalho como agentes de desenvolvimento, destes três mosqueteiros: Emanuel Ribeiro, Cristina Saraiva e Teresa Alves Pinto, é entendido num sentido lato, ou seja, prestam também um apoio global à população. Cinco anos volvidos, desde a criação, a reacção à associação exprime-se por uma moção de confiança, "contamos com a ADD para desenvolver a região e apoiamos a sua actividade". Uma prova disso também será o aumento do número de sócios. Com base numa estratégia de divulgação e promoção concertada, os técnicos penetraram o terreno. Emanuel Ribeiro explica, "criam-se sinergias, distribuem-se folhetos pelas caixas do correio e tudo o mais que for necessário para as pessoas começarem a ter consciência da importância que a associação pode ter." Teresa Pinto confirma com convicção, "é o amor à camisola, a carolice, não ficámos à sombra da bananeira. Criámos a necessidade. Somos cá precisos." Destaca-se a implicância e a responsabilização do GAL, elevado à profissão de fé, segundo o coordenador, "nós ajudámos a criar isto, damos tudo e exigimos tudo."

Mas a ADD vai mais longe. Ciente das necessidades da região, congrega três áreas de intervenção: a informática, a formação profissional e acções de sensibilização, e o desenvolvimento local propriamente dito. É assim entidade gestora / promotora / coordenadora de programas / projectos de desenvolvimento, dos quais se destacam: o projecto WOLF, onde a ADD assumiu o papel de entidade administradora a nível europeu; em 1995, mais de 1700 pessoas frequentaram acções de sensibilização florestal, no quadro da Medida 6 do PAMAF; a Informática Infantil que envolveu crianças e professores de 60 escolas primárias e pré-primárias, durante um ano, gerando um tal sucesso que vai ter continuação; finalmente, no âmbito do LEADER, a ADD já aprovou investimentos num total de mais de 700.000 contos, entre eles, cerca de 305.000 contos são projectos ligados ao sector agrícola, nomeadamente na produção e comercialização.

Quanto à questão da perenidade da equipa do GAL na associação depois do LEADER II, numa realidade diversificada e múltipla, a melhor resposta face a um futuro que ainda vai exigir muito trabalho é declarada com serenidade por Cristina Saraiva "eu estou tranquila".



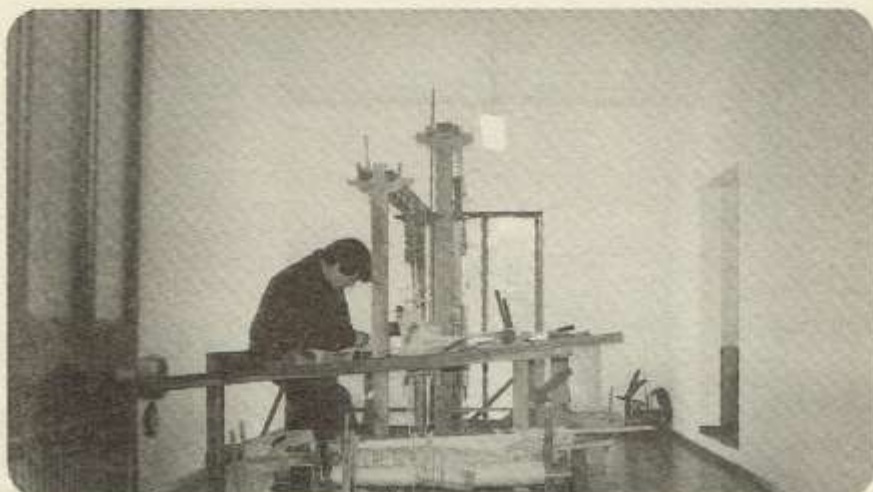
Ficha técnica

Nome: ADD - Associação de Desenvolvimento do Dão | **Morada:** Rua Alexandre Herculano, Apartado 17 • 3550 Penalva do Castelo | **Telefone:** (032) 642632 | **Fax:** (032) 642669 | **E-mail:** add@mail.telepac.pt

Presidente da Direcção: Victor Manuel Pires - Presidente da Câmara Municipal de Penalva do Castelo | **GAL:** Emanuel Alexandre Ribeiro (coordenador); Cristina Saraiva; Maria Teresa Alves Pinto | **Concelhos:** Aguiar da Beira, Sátão, Mangualde, Penalva do Castelo e Nelas | **Área:** 88.325 Km², | **População:** 65.659 habitantes

ADDLAP

Associação de Desenvolvimento Dão, Lafões e Alto Paiva



"Estas associações são um meio de fixar as pessoas". É uma introdução. É uma conclusão. São as duas coisas ao mesmo tempo. É uma situação que fala do LEADER. A área de intervenção da Associação de Desenvolvimento Dão, Lafões e Alto Paiva – ADDLAP – é extensa. Abordar toda a população-alvo, indo mais depressa do que as migrações, é uma tarefa de longo fôlego. Retomando uma citação famosa de um grande estratega, Napoleão, "comecem já".

A paisagem da terra beirã varia entre o planalto, a zona montanhosa e as áreas florestais. Assim oscila também a curva da densidade populacional. No âmbito do Programa LEADER II, a estratégia de desenvolvimento integrado desta associação tem por base dois objectivos fundamentais: aumentar a qualidade de vida da população residente e inverter a tendência para o êxodo rural. Volta-se sempre ao mesmo. A doença que corrói este mundo é uma só, apenas diferem os remédios.

Instaladas em Viseu, as técnicas do GAL não deixam de constatar muito objectivamente que no meio rural há déficit de pessoas. E não só, há déficit de pessoas com competências. Daqui ao lugar comum basta um passo. E depois, se esta é a realidade nua e crua, há que reagir. Por isso, quando se fala em aumento da qualidade de vida, subentende-se também a preocupação com a formação e a mobilização para o desenvolvimento local integrado. A palavra de ordem para o sector da agricultura é a aposta na reconversão e na dinamização. Completam este quadro de actividades o estímulo e incentivo às pequenas e médias empresas e o apoio às actividades artesanais e gastronomia regional. O turismo não está esquecido, mas como é sublinhado, só é apoiado quando veste o traje da animação.

É de relevar que a maior parte dos promotores de projectos são entidades públicas. Trata-se de superar o obstáculo da dimensão e densidade populacional da região. Através deste tipo de promotores chegar ao resto da população. Quanto à divulgação do programa, logisticamente, revela-se difícil para esta pequena equipa passar o terreno a pente fino. Daí a importância dos actores institucionais locais, que funcionam como testemunho das necessidades locais e fórum de informação.

A associação não repousa só no LEADER. A ADDLAP é a entidade promotora de um leque variado de programas como o Centro Rural, no âmbito do programa de Promoção do Potencial do Desenvolvimento Regional, o Youthstart e a Medida 6 do Programa de Apoio à Modernização de Agricultura e Floresta. Além de técnicas do GAL, a Isabel Adelaide Dias, a Júlia de Carvalho e a Maria de São José Nogueira desempenham também as suas funções nestas áreas. Estas intervenções remetemo-nos para a perenidade das equipas do GAL depois do LEADER II. E quem melhor que a Presidente da Associação poderá responder a esta preocupação? Diz Maria do Céu Baptista Lopes, também vereadora da Câmara Municipal de Viseu, "nós estamos a procurar salvaguardar esse aspecto, buscando continuamente programas que nos permitam continuar este desígnio de promoção do meio rural, dentro do possível, catalisando as competências que a equipa já tem vindo a adquirir."

ADDLAP

Associação de Desenvolvimento
Dão, Lafões e Alto Paiva

Ficha técnica

Nome: ADDLAP – Associação de Desenvolvimento Dão, Lafões e Alto Paiva | **Morada:** Casa Museu de Almeida Moreira • R. Soar de Cima R/c • 3500 Viseu | **Telefone:** (032) 421215 | **Fax:** (032) 426682

Presidente da Direcção: Maria do Céu Baptista Lopes — vereadora (pelouro Habitação Social / Educação) da Câmara Municipal de Viseu | **GAL:** Isabel Adelaide Costa Silva Dias (coordenadora); Júlia Paula Carvalho; Maria São José Nogueira; Fernando Mendes; Isabel Silva | **Concelhos:** Oliveira de Frades, S. Pedro do Sul, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela | **Área:** 1.372 Km² | **População:** 132.739 habitantes

ADICES

Associação de Desenvolvimento de Iniciativas Culturais, Sociais e Económicas



Esta é também uma associação cujos promotores saíram de uma acção de formação de agentes de desenvolvimento local no final dos anos 80. Uma outra característica, exemplo paradigmático do universo do desenvolvimento local: o número elevado de mulheres. Segundo Regina Lopes, coordenadora do GAL, "são muitas e são mais dedicadas a esta temática".

Uma casa de pedra e de vidro, formas geométricas, um espaço que se integra harmonicamente e no funcionamento", diz a coordenadora. Falta só um elemento para completar este quadro: a divulgação. Ela existe, é diversificada: vai do material de promoção dos projectos à colaboração com os meios de comunicação locais. Aliás, junto das instituições que compõem a associação, encontra-se também um jornal local. Ainda mais, participam no financiamento de uma rádio.

Trata-se de ultrapassar a dicotomia "associações/falta de dinheiro", que não oferecia segurança nem aos associados-financiadores, nem aos parceiros, nem à população. A associação tem que se agarrar a um fenómeno que assola o país rural: a desertificação. Concretamente, em números, isto significa, por exemplo, que duas freguesias perderam 47% da sua população entre 1991 e 1998. No entanto, as infraestruturas existem e multiplicam-se, "constroem-se piscinas, casas da cultura, parques industriais". Verifica-se também uma baixa da natalidade. Os jovens chegam à idade activa e "continuam a ir-se embora". Continuando, nos anos 80 perdeu-se a população em idade activa e reprodutiva, e regressaram pessoas em idade de reforma. Daí a necessidade de se efectuar um diagnóstico exacto sobre a população para que as instituições possam prever o futuro. Esta preocupação está inscrita na estratégia de desenvolvimento da ADICES, cujos objectivos principais são: travar os processos migratórios, desenvolvendo a formação dos recursos humanos, a integração sócio-profissional e a capacidade de iniciativa pessoal; promover e valorizar o património natural, os valores culturais, o artesanato e a actividade turística; animar e modernizar as actividades económicas da região, tendo em atenção as dinâmicas locais, o carácter inovador dos projectos e o ajustamento aos mercados.

Quando a ADICES fala em futuro do desenvolvimento local, fala ao mesmo tempo em inovação. O melhor exemplo para isso é o projecto "Imagens do Desenvolvimento na Infância". Objectivo: revalorizar as perspectivas de vida na região como forma de luta contra o êxodo rural. Através da expressão artística, do apelo à imaginação e à memória cultural, esta equipa trabalhou junto com crianças, escolas e professores. Deu-se a voz às crianças e iniciou-se um diálogo com elas, perspectivando-lhes uma imagem positiva da vida local e um futuro na região. O futuro começa nos olhos e nas mãos de uma criança, e começa já.

ADICES

Associação de Desenvolvimento
de Iniciativas Culturais
Sociais e Económicas

Ficha técnica

Nome: ADICES – Associação de Desenvolvimento de Iniciativas Culturais, Sociais e Económicas | **Morada:** Av. Dr. Sá Carneiro • Apartado 28 • 3440 Santa Comba Dão | **Telefone:** (032) 882013 | **Fax:** (032) 882030

Presidente da Direcção: Otílio dos Santos Nunes — Câmara Municipal de Carregal do Sal | **GAL:** Maria Regina Pinto Lopes (coordenador); Maria Jorge de Gouveia Mendes; Marisa Cristina Ramalho Cantarinhas; Rosa Maria Serra Fernandes; Gil dos Santos Mendes; Rui Manuel P.S. Silva Neves Sequeira; Bela Amorosa Ferreira Dinis; Lígia Prata Alves Ferreira; Ana Deolinda da Cruz Castanheira Santos | **Concelhos:** Carregal do Sal, Mortágua, Santa Comba Dão e Tondela | **Área:** 852 Km² | **População:** 65.912 habitantes

ACTIVIDADES

da Célula de Animação LEADER II

As actividades da Célula de Animação da Rede Portuguesa LEADER II tiveram início antes mesmo da assinatura do contrato de adjudicação entre a INDE – Intercooperação e Desenvolvimento, e o Ministério da Agricultura, celebrado no dia 5 de Abril deste ano.

Realizadas:

Acção de Formação Interna

De 16 a 18 de Março a equipa da Célula de Animação reuniu, na sede da INDE, com o objectivo de partilhar conhecimentos sobre o programa LEADER, o seu enquadramento institucional e a rede LEADER II em Portugal; aprofundar o conhecimento dos objectivos, métodos e iniciativas da Célula, e consensualizar a linguagem, termos e conceitos de maneira a facilitar a compreensão mútua. E ao mesmo tempo, promover um melhor conhecimento entre os responsáveis e técnicos da Comissão Nacional de Gestão e da Célula de Animação.

Ao fim de três dias, formandos e formadores demonstraram o seu entusiasmo quanto ao que se estava a preparar para o futuro.

1º Encontro de Proximidade (Santa Comba Dão)

Rumo à terra beirã, a Célula de Animação iniciou, no final do mês de Março, a primeira etapa da sua "Animação Directa". Antes do Encontro Nacional de Carcavelos, as 4 associações do primeiro Grupo de Proximidade receberam nas suas sedes a equipa da Célula. Ao deslocar-se para junto destas fontes, a CAL tem a oportunidade de conhecer os GAL e as suas condições de trabalho. Em contrapartida, cada associação poderá também colocar as suas dúvidas e questões, relacionadas com a actividade da Célula.

A manhã do dia 29 de Março, foi consagrada à ADDLAP – Associação de Desenvolvimento Dão, Lafões e Alto Paiva em Viseu. Esteve também presente nessa reunião, além das técnicas do GAL, a presidente da direcção da associação. Agendada para a tarde estava a ADD – Associação de Desenvolvimento do Dão em Penalva do Castelo. No dia seguinte, em Cantanhede, decorreram as visitas à AD ELO – Associação de Desenvolvimento Local da Bairrada e Mondego e à ADICES – Associação de Desenvolvimento Iniciativas Culturais, Sociais e Económicas em Santa Comba Dão. A sede desta última associação foi o palco do 1º Encontro de Proximidade, no dia 1 de Abril. Num ambiente caloroso e simpático, as quatro associações, uma a uma, tiveram a oportunidade de apresentar os seus projectos mais inovadores. De comum acordo formulou-se uma vontade, quase sentida como uma necessidade: os quatro representantes da Beira Litoral iriam, a partir daí, agendar almoços-conívio informais entre eles. Por outro lado, também ficou marcada a data e o local da Oficina de Troca de Experiências: 18 de Maio, na Serra da Atalhada em Penacova.

1 Encontro Nacional da Rede Portuguesa LEADER II (Carcavelos)

Nos dias 7 e 8 de Abril realizou-se o 1 Encontro Nacional da



Encontro de Proximidade da Madeira

Rede Portuguesa LEADER II em Carcavelos (Lisboa). Este Encontro, o primeiro dos dois previstos por ano, durante a vigência da Célula de Animação, e que coincidiu com o lançamento da Célula de Animação, teve por objectivos específicos, fazer o ponto da situação sobre a implementação do LEADER II, divulgar junto de todos os actores que desenvolvem o Programa LEADER em Portugal o projecto da Célula de Animação da Rede Portuguesa LEADER II, e recolher informação sobre a continuidade da intervenção após o encerramento do LEADER II.

O Encontro contou com a presença de cerca de 120 participantes, entre Técnicos dos Grupos de Acção Local, elementos da Direcção das entidades gestoras do LEADER II, elementos e Técnicos da Comissão Nacional de Gestão, responsáveis das Comissões Locais de Acompanhamento, e representantes das entidades gestoras da Medida B2 do LEADER.

2º Encontro de Proximidade (Madeira)

No dia 26 de Abril a Célula de Animação aterrou na ilha da Madeira. No dia seguinte, de manhã, a ACAPORAMA – Associação de Casas do Povo da Região Autónoma da Madeira, sediada no Funchal, e à tarde, a ADRAMA – Associação de Desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira, com sede na Vila de S. Vicente, receberam os técnicos da Célula de Animação.

O Encontro de Proximidade, realizado no Centro de Formação Profissional do Funchal, no dia 28, permitiu aos grupos, depois das apresentações, relatar o trabalho já realizado e os projectos futuros sendo o capítulo das parcerias o mais desenvolvido.

Da apresentação dos projectos, e na sequência das actividades da Célula, saiu deste Encontro a data para a realização da Oficina de Troca de Experiências. Terá lugar, nos dias 23 e 24 de Julho, na ilha do Pico (Açores) em conjunto com os grupos LEADER açorianos.

3º Encontro de Proximidade (Açores)

Depois da Madeira, a Célula subiu até aos Açores no dia 10

de Maio. A primeira reunião de trabalho teve lugar na sede da ADELIAÇOR – Associação de Desenvolvimento Local dos Açores, na cidade da Horta no Faial. A coordenadora do GAL, Catarina Soares apresentou a associação, o seu trabalho e a sua filosofia. A missão de desenvolvimento não parece fácil. A área de intervenção estende-se por cinco ilhas. Os meios de comunicação entre elas são complicados e os recursos humanos insuficientes.

O voo no dia seguinte levou a CAL à Terceira, onde era esperada na GRATER – Associação de Desenvolvimento Regional Serviço de Desenvolvimento Agrário da Terceira em Angra do Heroísmo. Duas ilhas, Terceira e Graciosa, constituem a área de intervenção de uma associação dinâmica. Aquando da visita estava a decorrer uma reunião de trabalho, o que proporcionou a presença judiciosa de membros da direcção da GRATER.

A última viagem teve como destino a ilha de São Miguel. Sucederam-se então os encontros com a ARDE – Associação Regional para o Desenvolvimento e a ASDEPR – Associação para o Desenvolvimento e Promoção Rural. A ARDE em Ponta Delgada e a ASDEPR em Lagoa são vizinhas, facto único na realidade das associações LEADER nos Açores.

A seguir ao feriado municipal do Santo Cristo, a ASDEPR disponibilizou a sua sede para o Encontro de Proximidade. A agenda de trabalho sofreu dois obstáculos: não só, as quatro associações tinham nessa tarde uma reunião com o Director Regional do Desenvolvimento Agrário em Ponta Delgada, como também era a data de partida da Célula para o Continente. O Encontro aconteceu todavia e designou-se a ilha do Pico (ADELIAÇOR) como local da Oficina de Troca de Experiências.

Oficina de Troca de Experiências (Penacova)

Poucos dias depois da deslocação aos Açores, a Célula tinha a primeira, das cerca de 12 Oficinas de Troca de Experiências. No dia 18 de Maio, os Moinhos da Serra da Atalhada em Penacova assistiram impassíveis à simpática invasão do espaço pela CAL, os GAL das quatro associações do 1º Grupo de Proximidade: ADDLAP, ADD, AD ELO e ADICES, assim como



Encontro de Proximidade Serra da Estrela

membros de outras associações. Ao todo reuniram-se 28 pessoas à volta de "uma" mesa, cujo motor de trabalho principal foi uma preocupação comum pelo desenvolvimento local. A linguagem e a filosofia queriam-se as mesmas. Neste caso como em todos os passos da Célula a iniciativa foi uma premissa indispensável para uma comunicação e um debate frutuoso.

O evento instalou-se no próprio local de um dos projectos da AD ELO. Por sinal também foi este empreendimento que foi oportunamente o tema da apresentação da associação de Cantanhede. A ADD descreveu o seu projecto de "Informática Infantil". Também no ramo do desenvolvimento da criança, a ADICES mostrou as suas "Imagens do desenvolvimento na Infância". Finalmente, a ADDLAP expôs o projecto do "Centro de Interpretação de Papel".

Na sequência da troca de experiências e do debate de ideias, as associações chegaram a uma conclusão sobre o esboço de um tema de formação. Esta acção constitui a terceira etapa do processo de "Animação Directa" da Célula. De uma forma progressiva e ascendente foi decidido que os técnicos queriam ser formados e informados sobre o processo de avaliação dos projectos e os conceitos no quadro do desenvolvimento local.

4º Encontro de Proximidade (Serra da Estrela)

Depois das ilhas, a Célula passou a deslocar-se por terra. E de volta ao norte do país. À Beira Interior onde estão sediados sete grupos LEADER. Destes, cinco, ADE-RES (Associação de Desenvolvimento), ADRACES (Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro-Sul), ADRUSE (Associação de Desenvolvimento Rural da Serra da Estrela), PRÓ-RAIA (Associação de Desenvolvimento Integrado Raia Centro Norte) e RUDE (Associação de Desenvolvimento Rural), fizeram parte deste Encontro de Proximidade.

Depois de uma breve visita às sedes dos grupos, nos dois dias (24 e 25) que antecederam o Encontro, a Célula de Animação seguiu para Tortosendo para realizar o 4º Encontro de Proximidade da Célula de Animação.

A Oficina de Troca de Experiências realizou-se nos próximos dias 13 e 14 de Setembro nas Penhas da Saúde.

Grupos de Trabalho

Subordinado ao tema "O Contributo da Experiência LEADER para um política Nacional de Desenvolvimento Rural", foi constituído o primeiro Grupo de Trabalho da Célula de Animação.

No dia 14 de Maio, na sede da INDE, teve lugar a primeira reunião, onde esti-

veram presentes 12 associações LEADER, e representantes da DRABI e da DRARO. Decidiu-se então que o Grupo de Trabalho deveria ser constituído por um representante de cada CLA. Até agora, o trabalho realizado (nesta reunião e outra no dia 9 de Junho) focalizou-se na produção do documento apresentado nas páginas 9, 10 e 15.

Notícias da Rede

Ao longo dos três meses de vida que tem, a CAL pôs a circular uma folha volante a que chamou "Notícias da Rede" e que serviu para dar conhecimento das actividades que ia desenvolvendo e das iniciativas dos Grupos LEADER que lhe iam chegando ao conhecimento.

O "Notícias da Rede" teve cinco edições ao longo deste período.

Primeiro Seminário da Célula

Realiza-se durante os dias 7, 8 e 9 de Julho, no âmbito da Mostra do Mundo Rural, um Seminário sobre o tema "A articulação local dos financiamentos nacionais e europeus", com o objectivo de analisar as facilidades e obstáculos encontrados para articular e dar coerência territorial aos diferentes instrumentos e programas de apoio ao desenvolvimento local em meio rural.

Participam técnicos de ADL's que gerem programas diversos, cujas experiências e observações, se tidas em consideração, muito podiam contribuir para uma maior integração e eficácia das intervenções.

As conclusões do seminário serão apresentadas na altura da sessão de encerramento da Mostra do Mundo Rural. O assunto não se esgotou, pelo contrário, torna-se evidente a actualidade do tema e a necessidade de dar continuidade aos debates iniciados durante este seminário.

Actividades agendadas

Para este mês, a Célula de Animação tem agendada a 2ª Oficina de Troca de Experiências. Realizar-se-á nos dias 23 e 24 na ilha do Pico (Açores), e junta os grupos LEADER dos Açores e da Madeira.

No mês de Agosto a Célula de Animação vai de férias. Férias? Não. Apenas uma pausa das actividades no terreno, e que permitirá pôr o trabalho em dia. Em Setembro, as actividades da Célula de Animação no terreno recomençarão.



Encontro de Proximidade dos Açores



1º Encontro Nacional

Novas instalações da Célula de Animação

A Célula de Animação da Rede Portuguesa LEADER II vai passar a funcionar em novas instalações, situadas na Rua Marquesa de Alorna (Metro Alvalade).

Para além de permitirem um mais eficaz funcionamento dos serviços da Célula, as novas instalações pretendem servir, igualmente, os Grupos LEADER. Assim, a Célula passará a disponibilizar a todos os Grupos que o necessitarem, uma Sala de Reuniões e o apoio administrativo correspondente. Esperamos, com isso, poder prestar mais um serviço à Rede Portuguesa LEADER II.

Novos contactos:

Célula de Animação da Rede Portuguesa LEADER II | R. Marquesa de Alorna, nº 34 - 2º • 1700 LISBOA | Tel. 01.8446595 | Fax.01.8446623 | Email: inde@inde.pt

O Desenvolvimento do LEADER e do PRODER em Espanha

Traços característicos. O LEADER em Espanha, em números



O último grupo que assinou contrato em Espanha fez-o em Outubro de 1998, alcançando-se com ele 132 beneficiários, constituídos como Grupos de Acção Local.

Recentemente, criou-se um LEADER temático do Vinho (La Rioja), do tipo de "outros agentes colectivos", pelo que se chegou aos 133 beneficiários. A partir do LEADER I (53 programas, 52 grupos) 46 deles continuaram no LEADER II, embora alguns tenham experimentado mudanças em termos de ampliação ou de divisão de território. Alguns grupos LEADER II avançaram com rapidez e qualidade nos seus objectivos.

Mais de 60% dos grupos estão constituídos como entidades jurídicas do tipo de "associação civil". O resto estão-no em sociedades empresariais, associações de municípios, consórcios públicos e, uma minoria, em fundações.

A gestão regional do LEADER é descentralizada como corresponde ao exercício das competências das comunidades autónomas. A distribuição entre as dezassete comunidades, segundo o nível de rendimento regional e de zonagem de objectivos é a seguinte: 96 grupos localizam-se em 10 regiões de Objectivo 1 e 37 grupos em 7 zonas de Objectivo 5b.

Citaremos algumas das características do LEADER em Espanha, segundo medidas, financiamento e execução.

Por medidas

Com os dados inicialmente previstos, são três as medidas com maior dimensão: turismo rural (29%), PME (24,6%) e valorização de produtos locais (17,9%). Por outro lugar, destaca-se a baixa taxa de medidas como a formação (5,2%), a que actualmente mostra um maior atraso colectivo. A medida C da Cooperação Transnacional teve um desenvolvimento importante a partir de finais de 1998 e durante este ano, com a ampliação dos prazos disponíveis para gestão da assistência técnica por parte do Observatório Europeu.

A cooperação transfronteiriça com os grupos portugueses é intensa mas não alcançou o nível possível para as nossas afinidades e capacidade de transferência.

Outra das questões que se destaca no Programa LEADER espanhol é a importância relativa no financiamento da componente privada (inicialmente cerca de 50%), já demonstrada no LEADER I. E que supõe um esforço de integração do promotor particular e de defesa de projectos produtivos, apesar da dificuldade da sua articulação em medidas como a conservação e melhoria do Meio Ambiente.

Por execução

Em Março de 1999 estimava-se o nível de financiamento

comprometidos em 84,4% do total, pelo que se prevê um grau de execução final do programa muito alto, máximo tendo em conta que o período de apresentação de novos projectos se ampliou de 30 de Junho para 1 de Novembro. Isto apesar dos atrasos de pagamentos e dos problemas surgidos na gestão, especialmente nos programas financiados no sistema de processamento anual.

PRODER, um Programa Operacional inspirado no LEADER

O Programa PRODER (Programa Operacional de Desenvolvimento e Diversificação Económica de Zonas Rurais) tem como objectivo "incentivar o desenvolvimento endógeno e sustentado das zonas rurais através da diversificação económica para combater a desertificação, elevando o rendimento e o bem estar social dos seus habitantes e assegurando a conservação do espaço e dos recursos naturais."

O PRODER aplica-se exclusivamente às 10 Comunidades Autónomas Objectivo 1 e afecta 24% da superfície nacional correspondendo a 4,2 milhões de habitantes.

O PRODER articula a sua actuação através de 8 medidas, cuja temática e importância relativa em termos de orçamento se assinala em continuação:

1. Valorização do património rural. Renovação e desenvolvimento de núcleos de povoações com predominio da actividade agrícola11%
 2. Valorização do património local. Renovação e desenvolvimento de núcleos de povoação sem predominio da actividade agrícola.....7%
 3. Fomento de actividades turísticas em espaço rural: turismo rural.....8,6%
- FEOGA - O
4. Fomento de investimentos turísticos em espaço rural: turismo local.....18,1% FEDER
 5. Fomento de PMEs, artesanato e serviços.....17,5%
 6. Serviços a empresas em meio rural.....7,1%
 7. Revalorização do potencial produtivo agrícola e florestal27,8%
 8. Melhoria da extensão agrícola e formação2,9%

Os 100.542,7 milhões de pesetas (ECU) com que conta o Programa para o período de 1994-99 são compostos por fundos comunitários de 45,7% (FEOGA - Orientação, 61,6% e FEDER em 38,4%), pelas Administrações Nacionais em 20,4% (dos quais a Administração Central contribui com 41,6%, as autonomias com 41,6% e a administração local com 12,7%) e a contribuição privada 33,9% do restante.

Actualmente há 100 programas em curso. Em 96 programas locais a forma de organização é a de grupo de acção, semelhante ao LEADER, os restantes quatro correspondem às Canárias, que executam o PRODER através dos governos insulares e de Astúrias, que o faz através das Oficinas de Comarca do Conselho de Agricultura.

O trabalho em rede

A rede institucional do Observatório

A Unidade Espanhola do Observatório Europeu LEADER, equivalente à Célula de Animação portuguesa com a qual mantém bons contactos, faz parte da rede institucional do Observatório Europeu. Assinalamos como actividades da Unidade: a

revista trimestral "Actualidade LEADER", a rede telemática e página WEB "antenas regionais" e visitas de contacto directo com os grupos (actividade não prevista em outras entidades nacionais), e as jornadas técnicas de formação.

Constituiu-se um Conselho Consultivo da Unidade Nacional do Observatório em que, para além do Ministério, estão representadas as Comunidades Autónomas, TRAGSATEC como a empresa encarregada das funções de animação, e as redes de âmbito nacional.

As redes não oficiais

As redes ou associações formadas pelos próprios grupos em Espanha realizam várias actividades, tal como serem interlocutores das administrações em diversos foruns, coordenando estratégias, trocando experiências e realizando actividades específicas para os grupos (seminários de formação dos seus associados, serviços de assessoria, etc.)

Existe uma diversidade de redes (dez no total) com âmbito territorial diverso: duas têm uma cobertura a nível nacional (a Rede Espanhola de Desenvolvimento Rural e a Rede Estatal de Desenvolvimento Rural) e oito têm um carácter regional. Os grupos LEADER e PRODER constituem uma única rede nas regiões de Andaluzia (ARA), Aragão (RADER), Extremadura e Canárias. Também há comunidades autónomas com duas redes regionais paralelas: é o caso de Castilha e Leão (HUEBRA e PRINCAL) e Castilha-a Mancha (CEDERCAM e a Federação de Desenvolvimento Rural).

Sucesso e desafios do LEADER e PRODER

Muitos destes aspectos foram amplamente discutidos nos Encontros de Córdoba, efectuados em finais de Abril, e com mais de 700 participantes.

a) Sucessos:

- Inverter o processo de abandono e desvalorização social da identidade das comarcas, motivando agentes e beneficiários.
- Recuperação do tecido sócio-económico e de participação da população. Dotação de quadros técnicos em meio rural, com grande capacidade de gestão.
- Flexibilidade, agilidade e autonomia na distribuição de subvenções
- Resolução de problemas locais em âmbito comarcal
- PRODER deu continuidade ao modelo LEADER e, apesar do pouco tempo disponível, permitiu a criação de estruturas de animação e melhorar a competitividade das comarcas.

Desafios:

- Consolidação da dinamização socio-económica alcançada.
- Abordagem dos problemas de fundo e da estratégia num novo cenário das futuras opções de programação: a iniciativa comunitária LEADER + e os enquadramentos comunitários do Regulamento do FEOGA.
- No pior dos casos, se não se atingirem nenhuma das metas anteriores, a sobrevivência do desenvolvimento rural nas comarcas que não conseguirem programa/iniciativa.
- Melhorar a coordenação institucional
- Melhorar a capacidade dos grupos, diversificar as suas possibilidades e financiamentos. Incrementar a implicação da sociedade civil na dinâmica da organização.
- Estender os benefícios do modelo a comarcas que não tenham tido programas de desenvolvimento de carácter local.

Feira Cuba LEADER 99

Feira e Festa do Meio Rural na Vila de Cuba

Nos anos de 1993 e 1994, com o apoio da Iniciativa Comunitária LEADER - Ligação entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural - a Associação Terras Dentro, entidade local gestora do referido Programa, em cooperação com a autarquia Cubense, organizou a Feira Cuba LEADER.

Esta feira caracteriza-se pelo estilo peculiar, envolvente e informal de organização. Os expositores, maioritariamente entidades gestoras do programa LEADER, expõem os produtos artesanais, agro-alimentares e material de divulgação/promoção das suas Zonas de Intervenção em locais tão diferentes como adegas, celeiros, vendas, ou tão simplesmente um casão agrícola típico do Alentejo. Aqui, eles passam temporariamente a ser "proprietários" deste espaço, ficando com toda a liberdade para a sua gestão comercial (comércio de agro-alimentares, artesanato, tascas, etc.) temporal (hora de abertura e fecho), e principalmente da sua gestão ao nível de animação. É habitual, e desejado, que as entidades participantes promovam os mais diversos actos de animação, tais como actuações de artistas, passagem de modelos de moda artesanal, espectáculos de pirotecnia, etc., sendo que a animação será típica e/ou originária da Zona de Intervenção da entidade promotora.

A Feira Cuba Leader caracteriza-se também pela envolvimento local, abrindo os Cubenses as portas dos seus espaços mais emblemáticos aos visitantes, promovendo também eles o surgimento de pequenas tascas, e principalmente, envolvendo-se com os visitantes trocando experiências e conhecimentos, em volta de um copo de vinho.

É nesta informalidade espacial e pessoal que a Feira Cuba Leader se baseia e à qual deve o seu sucesso.

Em 1999 a Feira Cuba Leader apostou fortemente na vertente cultural, abrangendo os espectáculos um leque de géneros musicais impressionante: música latino-americana, música popular portuguesa, música tradicional portuguesa, música brasileira, música africana, música argelina, música guineense, música erudita, música improvisada, corais alentejanos, algarvios e extremenhos, jazz, música Dixie, rock, pop, discoteca de música étnica, etc.. Destacam-se ainda diversas exposições de fotografia e artesanato, atelier de pintura, cerâmica, madeiras, banda desenhada, colóquios, teatro, marionetas, dança contemporânea, jogos tradicionais, futebol, voleibol, pedipaper, etc..

Nesta feira de 1999 a Câmara Municipal de Cuba e a Assoc. Terras Dentro, entidades responsáveis pela organização, tiveram como entidades parceiras as associações gestoras do programa LEADER, a Vicentina, a Rota do Guadiana, a Esdime e o consórcio Monte. Foi ainda apoiado pela Comissão Nacional de Gestão do programa LEADER, e pela Direcção Geral do Desenvolvimento Rural.

Quanto às entidades participantes (20 entidades nacionais e estrangeiras), algumas delas já reincentes na participação, apreciaram o formato único e peculiar desta festa do meio rural, demonstrando vontade de participar já na próxima Feira Cuba Leader 2000.

Renovadas Esperanças

para o Mundo Rural ?

A interrogação é nossa. O

debate, não conclusivo

como é natural, aconteceu

no passado dia 11 de Junho

na Feira Nacional de Agri-

cultura em Santarém sob o

título «2000/2006 - Reno-

vadas Esperanças para o

Mundo Rural».

As Associações de Desenvolvimento Local (ADL's) organizaram no passado dia 11 de Junho, no âmbito da Feira Nacional de Agricultura, em Santarém, uma jornada dedicada ao debate de variados temas relacionados com o Desenvolvimento Rural.

Sob o título "2000/2006 - Renovadas Esperanças para o Mundo Rural" os participantes, entre 150 e 200, variável consoante a hora do dia e os temas, ouviram dissertações organizadas em quatro painéis intitulados "Produtos Agro-Alimentares", "Património e Ambiente", "Turismo e Artesanato" e "Experiências de Desenvolvimento Rural".

A abertura dos trabalhos esteve a cargo de Adelino Bernardes, Vice-Presidente da APRODER, acompanhado pelo Eng.º Nuno Jordão, Presidente da Comissão Nacional de Gestão do Programa LEADER, Eng.º Artur Figueiredo Nunes, Director Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste, e a presidência da mesa pelo Eng.º Miguel Freitas, Director-Geral do Desenvolvimento Rural.

Sobre os oradores (ver programa), e o interesse suscitado pelas suas intervenções, devemos salientar o esforço feito por todos

para, em tão curtos espaços de tempo, e face a um público tão heterogéneo, despertar a atenção e o interesse para um debate por vezes vivo e interessante.

Parece-nos justo salientar a intervenção de Ana Paula Brito (INIA-IESE) - "Querer é Poder - No desenvolvimento rural a tradição já não é o que era". Uma muito densa abordagem da problemática do desenvolvimento rural, dita em tom e ritmo facilitadores da sua compreensão e suficientemente "provocante" para despertar a necessidade de questionar algumas das análises feitas, sobretudo no que se refere à génese das dinâmicas locais e à questão da revitalização equilibrada das chamadas "cidades médias" e dos espaços rurais que as envolvem.

É evidente que a maioria dos participantes nesta jornada estava interessada sobretudo em conhecer as razões objectivas e concretas para ter renovadas esperanças no mundo rural.

Desse interesse decorria a grande expectativa reinante sobre a intervenção do Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, que iria ter lugar durante a sessão de encerramento dos trabalhos.

As associações de desenvolvimento local organizadoras deste Dia do Desenvolvimento Rural esperavam poder apresentar, antes da intervenção do senhor Secretário de Estado, Eng.º Vítor Barros, as principais conclusões do documento relativo ao contributo da experiência do LEADER para uma política nacional de Desenvolvimento Rural.

Ora, ao que parece, devido ao adiantado da hora, o representante do grupo redactor limitou-se a entregar publicamente o referido documento ao senhor Secretário de Estado, solicitando-lhe uma audiência para a sua análise conjunta e ficando a apresentação pública do mesmo para momento a definir, durante a próxima Mostra do Mundo Rural a realizar de 3 a 11 de Julho no Parque das Nações em Lisboa.

Dela depreendemos que "Portugal terá mais recursos para investir, haverá mais dinheiro do FEOGA, existirão mais medidas para apoiar a agricultura e os agricultores, haverá mesmo um programa que se vai chamar de desenvolvimento rural, mas que na realidade, se destina a apoiar essencialmente a vertente agrícola do desenvolvimento rural. E que ainda é difícil ir mais longe na integração das políticas. Não existem as condições necessárias para se chegar a um consenso em relação à mais-valia e virtualidades das abordagens do desenvolvimento rural a nível local, de lógica territorial e abrangência tanto quanto possível integrada".

No final, notava-se alguma frustração e desalento nos diferentes representantes das associações de desenvolvimento local, ouvindo-se algumas observações do estilo: "Continuam a confundir desenvolvimento agrícola com desenvolvimento rural. Mas então porque é que lhe chamaram Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas?, os lobbys dos grandes agricultores e das indústrias agro-alimentares continuam a impôr a sua lei. Porque é que os diferentes Ministérios que gerem fundos estruturais, e definem programas com relevante incidência nos espaços rurais não se entendem para a concepção e operacionalização de programas integrados de lógica territorial?, etc. etc."

Em jeito de conclusão, devemos salientar que na opinião dos participantes mais ligados às questões do desenvolvimento rural a iniciativa foi muito útil e serviu, quanto mais não seja, para reafirmar a necessidade de coesão e solidariedade dos habitantes e amantes do mundo rural na luta pela sobrevivência do seu quadro de vida e dos seus direitos.

Agenda da Rede

Aconteceu

III Feira das Casas do Povo da R.A.M. 9, 10, 11 e 12 de Junho

A cidade de Câmara de Lobos recebeu a III Feira das Casas do Povo da Região da Madeira nos dias 9, 10, 11 e 12 de Junho. Um evento organizado pela ACAPORAMA – Associação das Casas do Povo da Madeira, que procura anualmente dar a conhecer à população o trabalho desenvolvido por estes agentes de desenvolvimento. É também uma oportunidade para troca de experiências e reforço da cooperação entre as Casas do Povo da Região Autónoma da Madeira.

VI Festa dos Vinhos de Basto 25 a 28 de Junho

A Probasto - Associação de Desenvolvimento Rural de Basto e a Câmara Municipal de Celorico de Basto organizaram, com o apoio das Câmaras Municipais de Cabeceiras de Basto, Mondim de Basto e Ribeira de Pena, e a Associação Cultural e Desportiva dos Trabalhadores da C. M. de Celorico de Basto, a VI Festa dos Vinhos de Basto.

De 25 a 28 de Junho, e pela 6ª vez consecutiva, a Probasto, através desta iniciativa - que se realiza de uma forma rotativa pelos concelhos das Terras de Basto - promove e divulga os produtos das Terras de Basto.

Este ano a Festa do Vinho teve lugar no concelho de Celorico de Basto, na Quinta do Prado, e foi animada por vários grupos musicais e folclóricos da região.

Curso de Guias Turísticos Locais 5 de Julho

Com o apoio do LEADER II teve início, dia 5 de Julho, um curso de formação de "Guias Turísticos Locais". Trata-se de uma iniciativa da DOLMEN – Cooperativa de Formação, Educação e Desenvolvimento do Baixo Tâmega.

Vai acontecer

Dia da Cidade de Miranda do Douro 8, 9 e 10 de Julho

No âmbito das comemorações anuais do Dia da Cidade de Miranda do Douro, a CORANE – Associação de Desenvolvimento dos concelhos da Raia Nordeste, vai apoiar, através do LEADER, três iniciativas promotoras dos valores culturais do concelho.

A saber: dia 8 de Julho – Festival de danças mistas; dia 9 – Festival de Pauliteiros, e dia 10 – 1º Festival da Canção em língua mirandesa.

24 Horas a bailar – XV Festival Regional de Folclore 9, 10 e 11 de Julho

Nos dias 9, 10 e 11 de Julho terá lugar na Vila de Santana, Madeira, o XV Festival Regional de Folclore. Uma iniciativa com o apoio da ADRAMA – Associação para o Desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira.

Feira de Artesanato e Gastronomia, I Feira do Desenvolvimento Local de Baião e Jornadas do Vinho Verde 9 a 13 de Julho; 29 de Julho a 1 de Agosto

A DOLMEN – Cooperativa de Formação, Educação e Desenvolvimento do Baixo Tâmega, organiza, de 9 a 13 de Julho, a Feira de Artertame expositores ligados à área dos vinhos (Dourovin), expositores do sector turístico, instituições, artesanato, gastronomia (DouroTur) e o sector do comércio e indústria.

XI Feira Nacional de Artesanato e Cultura Popular de Montemor-O-Velho 9 a 18 de Julho

De 9 a 18 de Julho, em Montemor-O-Velho, a AD ELO – Associação de Desenvolvimento Local da Bairrada e Mondego, apoia a realização da XI Feira Nacional de Artesanato e

Cultura Popular. Uma iniciativa promovida pela Associação Fernão Mendes Pinto, sua associada.

44ª Feira Agropecuária do Porto Moniz 16, 17 e 18 de Julho

Também com o apoio da ADRAMA - Associação de Desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira, realizar-se-á nos dias 16, 17 e 18 de Julho a 44ª Feira Agropecuária do Porto Moniz, na ilha da Madeira.

Paços Moda'99, 6º Concurso de Jovens Criadores e 1º Concurso Ibérico 24 de Julho

Com o apoio do Programa LEADER, através da ADERSOUSA - Associação de Desenvolvimento Rural das Terras de Sousa, e com o objectivo de divulgar e promover o trabalho de jovens criadores de moda, realiza-se no dia 24 de Julho, nos antigos Paços do Município de Paços de Ferreira, a Paços Moda'99, o 6º Concurso de Jovens Criadores e o 1º Concurso Ibérico.

Linho, Tradição e Inovação 24 e 25 de Julho

Numa organização da Associação Pedras Brancas com o apoio da ATAHCA – Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave, LEADER II e Câmara Municipal de Terras de Bouro, realiza-se nos dias 24 e 25 de Julho, em Covide – Terras de Bouro, uma Feira Mostra sobre o linho.

Entre outras actividades acontecerá um colóquio subordinado ao tema "Linho, perspectivas de futuro".

Informações e inscrições junto da ATAHCA. Contacto Adelaide Soares, telefone 053-351070 ou 351223.

Expofacic/99 – IX Feira Agrícola Comercial e Industrial de Cantanhede 24 de Julho a 1 de Agosto

A AD ELO - Associação de Desenvolvimento Local da Bairrada e Mondego, promove, com o apoio da Câmara Municipal de Cantanhede e Associação Empresarial de Cantanhede, a Expofacic/99. Em Cantanhede de 24 de Julho a 1 de Agosto.

Animação nas Encostas de Mixões da Serra 25 de Julho e 29 de Agosto

A ATAHCA – Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave, promove, no dia 25 de Julho, uma Malhada do Centeio em Aboim da Nóbrega, concelho de Vila Verde, e no dia 29 de Agosto, uma visita guiada ao Fojo do Lobo de Gondomar, na freguesia de Gondomar do mesmo concelho.

II Feira das Tradições do Mundo Rural 30 e 31 de Julho; 1 de Agosto

Organizada pela ADD – Associação de Desenvolvimento do Dão, com o apoio das Câmaras Municipais de Aguiar da Beira, Sátão, Penalva do Castelo, Mangualde e Nelas, e com a participação de parceiros LEADER/ADD de Espanha e Luxemburgo, realiza-se nos dias 30 e 31 de Julho e 1 de Agosto, no Largo Paulo VI em Sátão, a II Feira das Tradições do Mundo Rural.

A ADD pretende com esta iniciativa criar um espaço privilegiado para a divulgação e comercialização dos produtos regionais – artesanato, enchidos, vinho, queijo e doçaria, e dinamizar o comércio e turismo locais, onde a animação será uma constante ao longo dos três dias de Feira. Está prevista a participação de ranchos folclóricos, grupos de cantares, exposições de trajes regionais e alfaías agrícolas e passeios de carroça para crianças, e outras actividades. Tudo isto com o objectivo de fazer passar aos mais jovens o saber-fazer tradicional da terra.

Regata comemorativa da Semana do Mar Agosto (data a marcar)

Em Agosto a ADRAMA – Associação de Desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira, participa na realização da Regata comemorativa da Semana do Mar - Porto Moniz, ilha da Madeira.

Net's Rurais



www.rural-europe.acidl.be/rural-pt/index.html

O sítio Rural Europe, realizado pelo Observatório Europeu, é a página Internet oficial do Programa LEADER a nível europeu.

Nesta página, para além da apresentação dos diferentes territórios LEADER da EU e das actividades do Observatório Europeu LEADER, podem encontrar-se diversos documentos sobre temas relacionados com o desenvolvimento rural e a apresentação de projectos para os quais as entidades responsáveis buscam parceiros noutros países.

Em Siracusa, na Sicília-Itália

de 30 de Setembro a 2 de Outubro de 1999

Seminário Internacional sobre:

O Desenvolvimento Local Sustentável na Europa e no Mediterrâneo, face aos desafios do Século 21, à luz da nova organização dos Fundos Estruturais "Agenda 2000"

Por iniciativa da Associação Europeia para o Desenvolvimento Local Sustentável - D.E.L.O.S., da Província Regional de Siracusa e da Região Siciliana, com apoio organizativo do C.R.E.S.M. - Centre de Recherches Economiques et Sociales pour le Midi, da Alliance pour un Monde Responsable et Solidaire e da A.I.C.C.R.E. - (Association Italienne du Conseil des Communes et Regions d'Europe, e ainda de outras Entidades e Redes Italianas e Europeias, realiza-se nas datas e sobre os temas acima referidos, um Seminário Internacional, durante o qual terá igualmente lugar, a Assembleia Geral da DELOS-Constellation, Associação dinamizadora do Movimento Europeu em favor do Desenvolvimento Local Sustentável.

Para mais informação sobre o assunto, incluindo condições de participação, favor dirigir-se à INDE - assunto DELOS-Siracusa.



Referência emblemática da bovinicultura portuguesa, a raça barrosã, distingue-se de todas as outras pela lira alta da sua cornamenta, a sua harmonia de formas e pela famosa e inigualável carne que produz. Manjar de Reis no passado século hoje mercê do rigoroso controlo com que é seleccionada e criada está à disposição de todos, tendo a sua carne Denominação de Origem Protegida.

CARNE BARROSÃ

o sabor da natureza, a força da confiança



CONDIÇÕES GERAIS PARA BENEFICIAR DA DENOMINAÇÃO DE ORIGEM PROTEGIDA

A unidade de produção deve situar-se, obrigatoriamente, nos concelhos de Amares, Arcos de Valdevez, Boticas, Braga, Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Fafe, Felgueiras, Guimarães, Melgaço, Monção, Montalegre, Paços de Ferreira, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Póvoa de Lanhoso, Terras de Bouro, Valença, Vieira do Minho e Vila Verde.

Alimentação à base de produtos naturais.

Só é permitida a certificação da carne proveniente de animais da raça Barrosã inscritos no Livro Genealógico ou Registo Zootécnico.

A identificação dos animais deverá ser feita durante os 3 primeiros meses de vida.

Cumprimento do plano de profilaxia determinado pelos Serviços Oficiais e realização de todos os tratamentos e/ou vacinações consideradas necessárias.

Existência na exploração dos seguintes registos:

- Boletim Sanitário devidamente actualizado
- Ficha de registo de intervenções sanitárias e clínicas
- Ficha de estábulo actualizada semestralmente

Com a sua adesão fica ainda comprometido a dar cumprimento a todos os acordos adoptados pelo Agrupamento de Produtores e a facilitar a realização de todas as acções de

controlo à sua unidade de produção pelo Instituto "NORTE E QUALIDADE" - Instituto de Certificação de Produtos Agro-Alimentares.

RESENHA HISTÓRICA

Hoje, esta raça é em número uma sombra daquilo que foi no passado. No início do século diz-nos o Arrolamento Geral de Gado que existiam cento e vinte mil cabeças distribuídas pelos distritos de Vila Real,

Braga, Viana do Castelo e Porto.

Este bovino teve a sua origem, segundo Miranda do Vale, no Norte de África cujo ancestral paleontológico, de tipo côncavo e brevilíneo foi denominado "Bos Primigenius Mauritanicus".

O planalto do Barroso deu-lhe o nome, mas é no Minho que esta se expande substituindo quase completamente outra raça, a galega, chegando atingir e povoar os concelhos da Maia e Porto.

Este é o período áureo da raça, que coincide com a segunda metade do século passado fazendo-se a exportação destes animais para Inglaterra, sendo sinónimo ainda de boa carne os restaurantes com os reclames "Portuguese beef". Na base do êxito deste negócio estava um novo tipo de comercialização especial em que não havia intermediários, sendo os proprietários dos animais a entregar "os bois do barco" no local de embarque.

Após longa e incessante luta, temos um voltar às origens com o Agrupamento de Produtores de "Carne Barrosã", perseguindo os mesmos objectivos e eliminando novamente os intermediários, constata-se novamente um êxito comercial.

ESTALÃO DA RAÇA

Corpulência e conjunto de formas - Estatura mediana; formas muito harmoniosas; perfil côncavo.

Pelagem - Castanho-claro, tendendo em alguns casos para cor de palha ou para o acerejado, a zona palpebral, a orla envolven-

te do focinho, a face interna dos membros e a região mamária, mais claras. Machos normalmente mais escuros.

Aberturas naturais - Escuras, em regra.

Cabeça - Curta e larga, encimada por forte cornamenta em lira.

Fronte quadrada deprimida ao centro, com pronunciada saliência da região orbitária.

Chanfro direito, arredondado e pouco saliente, boca larga, de lábio superior desenvolvido, focinho negro, largo, um pouco grosso, tendendo para o arrebitado. A orla é mais clara sem atingir o branco.

Conjunto ocular saliente. Abertura palpebral e pestanas escuras, por via de regra.

Orelhas de tamanho médio, orladas de pêlos quase sempre escuros e providos interiormente de outros compridos.

Chifres muito desenvolvidos em comprimento e em espessura, de cor branco-sujo, com pontas escuras.

Secção aproximadamente circular.

Pescoço - Curto, bem ligado à cabeça e à espádua. Barbeta muito desenvolvida.

Cernelha - Larga pouco saliente.

Costado - Bem arqueado.

Peito - Largo e descido.

Região Dorso-Lombar - Medianamente comprida; larga e horizontal; bem ligada à garupa.

Ventre - Pouco volumoso.

Garupa - Horizontal, larga e comprida; por vezes mais larga do que comprida. Boa largura esquiática.

Nádegas - Largas, descidas, subconvexas.

Coxas - Regularmente largas e musculadas.

Cauda - De inserção média, terminada por regular borla de pêlos, em regra escuros.

Úbere - Pouco desenvolvido.

Membros - Bem apumados, curtos e pouco ossudos. Unhas escuras, rijas e arredondadas.

Pele - Muito grossa, mas macia.

Temperamento - Um pouco nervoso, mas dócil.

última hora

Já ficou definida a repartição do orçamento entre as quatro iniciativas comunitárias: o orçamento global de LEADER + será de 2020 Milhões de Euros, enquanto o da iniciativa EQUAL será de 2847 Milhões, o do INTERREG de 4800 Milhões e 700 Milhões ficam reservados para a iniciativa URBAN. No que diz respeito ao LEADER +, este orçamento representa um aumento de mais ou menos 15% em relação ao orçamento do LEADER II (que era de 1755 Milhões de Euros), mas o período de aplicação é superior num ano (2000-2006) em relação ao período do LEADER II (1994-1999).

Ficha Técnica

Lugares e Pessoas

Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER II

Propriedade:

INDE - Intercooperação e Desenvolvimento, CRL

Administração e Redacção:

INDE/Célula de Animação da Rede Portuguesa LEADER II

Rua Marquesa de Alorna, nº 34 - 2º
1700 LISBOA

Tel. 01.8446595 IFax.01.8446623 I

Email. inde@inde.pt

Mensário

Director: Samuel Thirion

Editor: Camilo Mortágua

Chefe de Redacção:

Francisco Botelho

Editor Gráfico: Ana Alvim / Isto É

Foto da Capa: João Rangel / Isto É

Participaram na redacção deste

número: Camilo Mortágua, Francisco Botelho, Paula Soares, Rosário Aranha, Luís Chaves, Samuel Thirion.

Impressão: Diário do Minho, Lda.

Depósito Legal nº

